



Anais da Assembléia

N.º 77

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

Resoluções:

RESOLUÇÃO N.º 35/83

DATA: 30 de junho de 1983.

SÚMULA: Acresce o artigo 39 do Regimento Interno, do inciso que especifica, criando a Comissão de Reivindicações Populares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39 —
XIX — Comissão de Reivindicações Populares.”

Art. 2.º — À Comissão de Reivindicações Populares compete:

I - conceder audiências públicas semanais a pessoa física, maior de 18 anos, eleitor que tenha votado no último pleito ou a representantes de pessoas jurídicas, legalmente credenciadas;

II - registrar as reivindicações pertinentes, resumidamente, bem como juntar a documentação eventualmente apresentada;

III - receber reivindicações encaminhadas por escrito de qualquer parte do território do Estado;

IV - converter a matéria em projeto, requerimento de informações ou de apelo a autoridade competente ou sugerir a medida cabível, segundo a natureza do seu conteúdo;

V - divulgar amplamente o local e o horário das audiências, que deverão facilitar a participação dos interessados e o acesso do público em geral;

VI - designar relator, pelo sistema de rodízio e na ordem de entrada, para formalizar a matéria dentro dos prazos regimentais, esgotados estes sem providência, será designado novo relator para em quarenta e oito horas opinar conclusivamente;

VII - publicar semanalmente em edital, afixado em painel exclusivo, a relação das matérias e respectivos relatores e, quando decidido o encaminhamento, dar ciência às partes interessadas;

VIII — as audiências públicas somente poderão ser abertas com a presença de maioria absoluta dos membros da Comissão;

IX - as reuniões ordinárias de exame e deliberação obedecem o rito estabelecido no Regimento Interno;

X - o deslocamento para fora da Capital depende de aprovação da Assembléia, à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade dos membros da Comissão.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Esta pretende ser uma providência consistente em adequar o Poder Legislativo aos tempos presentes

A liberação das forças sociais organizadas e a consciência popular de seus direitos políticos devem corresponder a uma abertura estrutural e funcional do Poder Legislativo. Permitindo a participação direta do povo na atuação dos seus representantes, não se está afetando a natureza do mandato, nem deformando o sistema de governo indireto, exercido mediante a representação. O que se obtém através da captação dos anseios

e reivindicações populares é precisamente a manutenção da autenticidade representativa, pelo constante e renovador contacto com as fontes reais do poder.

Dessa intimidade permanente com o povo, dotado de meios de expressão institucionalizado, recolherá o Poder Legislativo a tendência predominante no seio da comunidade. No instante em que legislar conhecerá as linhas mestras a imprimir na legislação e terá enriquecido o acervo de elementos orientadores do diagnóstico do quadro estadual em benefício de contribuições endereçadas ao Poder Executivo.

As instituições políticas carecem de romper com o formalismo esclerosante, buscando novas e atualizadas modalidades de operar, consentâneas com o momento histórico. Recusar-lhes as transformações rejuvenecedoras implica condenar-lhes ao descrédito resultante da inoperância, moléstia que vem corroendo os institutos básicos da democracia clássica.

Seguir de perto o dinamismo das transformações sociais, de modo especial numa nação jovem e inquieta como a nossa - representa mais do que uma simples técnica administrativa, traduz um imperativo de sobrevivência dos valores fundamentais da verdadeira democracia.

O presente projeto de resolução ambiciona conter um largo passo no sentido de ajustar o Poder Legislativo ao tempo presente, retirando-o do atraso e da situação de subserviência que a estrutura ultrapassada o prendeu.

As competências articuladas instrumentam a Comissão para o trabalho renovador e produtivo. Depende seu êxito, no entanto, da capacidade de operá-la em velocidade idêntica à demanda de decisões do poder competente, reclamada pela sociedade a cujo serviço está posta. Da agilidade de seus membros, da noção do papel de porta-voz da comunidade a que se reduz em boa parte a função do mandatário, da consciência da necessidade de mudanças corajosas em busca da legitimidade crescente das instituições, depende o êxito ou o fracasso da iniciativa.

Como tais requisitos se apresentam abundantemente na atual composição desta Casa, comprovados na recondução de incontestáveis líderes testados nas urnas e pela renovação ampla, visível nos valores que despontam empenhamos nossa convicção inabalável do sucesso desta iniciativa.

RESOLUÇÃO N.º 35/83

DATA: 30 de junho de 1983.

SÚMULA: Dá nova redação ao parágrafo único do Art. 39 do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. O parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções nºs 49/76 e 109/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa, e a de Constituição e Justiça que terá 14 (quatorze) membros”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

RESOLUÇÃO Nº 36/83

DATA: 30 de junho de 1983.

SÚMULA. Acresce de mais um inciso o artigo 39 do Regimento Interno, criando a Comissão de Direitos Humanos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

"Art. 39

XX - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS".

Art. 2º -- A Comissão de Direitos Humanos compete:

- a) manifestar-se sobre todos os atos e assuntos que digam respeito a direitos humanos;
- b) acompanhar e propor medidas em assuntos que visem defender ou melhorar as condições de direitos elementares da pessoa humana.

Art. 3º -- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores preocupações da sociedade atual é a defesa dos direitos humanos. A própria ONU, através de seus órgãos especializados, tem se batido intransigentemente para livrar o nosso Século, que se distinguiu pelas maravilhosas conquistas da ciência e da tecnologia, da mácula medieval que se reflete pelo desrespeito aos mais mezinhos princípios da tolerância e amor ao nosso semelhante. Nestas condições, nada mais oportuno que, neste Poder, onde se representa a vontade do povo, haja uma Comissão especializada na defesa de seus direitos fundamentais.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1983

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Gabriel Sampaio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 75/83

Curitiba, 24 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei número 5944, de 21 de maio de 1969 -- Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

A necessária justificativa quanto a oportunidade e o elevado interesse público de que é revestida a medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis, está contida, com o devido detalhamento, na inclusa cópia autêntica do Ofício número 481/83, do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, onde inclusive figura o esclarecimento de que o assunto mereceu aprovação da Inspeção Geral dos Policiais Militares órgão do Estado Maior do Exército.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º -- A Lei n.º 5944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

- a. Ao artigo 1º é acrescentado o seguinte parágrafo único: "Parágrafo único. O Comandante-Geral da Polícia Militar baixará ato instituindo o regimento interno da Comissão de Promoções de Oficiais".
- b. Ao artigo 4º é acrescentado o inciso XIV, com a seguinte redação:

"XIV -- Cancelar da ficha de promoções pontos já registrados, quando verificada, a requerimento, ou "ex-officio" vício de origem, má fé ou lapso, no processo declaratório, bem como modificação da legislação".

c. o artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º -- A Comissão de Promoções de Oficiais é constituída pelo Comandante-Geral, como Presidente, 4 (quatro) Coronéis, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares, como membros e 3 (três) suplentes, também do mesmo posto, sendo um do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares, um médico e um cirurgião-dentista, do Quadro de Saúde da Corporação."

Parágrafo único. O suplente será obrigatoriamente convocado:

- a. para substituir o membro relativamente menos antigo, quando estiver em pauta promoção de Oficial de seu quadro; ou,
- b. para substituir qualquer membro, no seu impedimento ou falta".
- d. O inciso "I" do Artigo 37 é acrescido da alínea "d", com a seguinte redação:

"D. tempo de serviço no posto, quando servindo, como efetivo, em Unidade ou fração de tropa sediada no interior do Estado vinte e cinco centésimos (0,25) de pontos por semestre completo, limitado a três (3) pontos positivos para cada promoção".

e. Os incisos "II" e "III" do artigo 37 passam a vigorar com a seguinte redação:

"II -- Medalhas e Condecorações Estaduais:

- a) Mérito -- dois (02) pontos;
- b) Sangue -- três (03) pontos;
- c) Humanidade -- três (03) pontos;

- d) Militar -- um (01), dois (2) e três (3) pontos, respectivamente, para as medalhas de Bronze, Prata e Ouro, computando-se os pontos somente pela de maior valor;
 - e) Cruz de Combate -- quatro (04) pontos;
 - f) Mérito Escolar -- meio (0,5), um (1) e um e meio (1,5) pontos, respectivamente, para terceiro, segundo e primeiro colocado no curso; sendo que a medalha pelo Curso de Formação de Oficiais é contada para promoções até ao posto de Capitão; a do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as promoções aos postos de Major e Tenente-Coronel; e a do Curso Superior de Polícia somente para a do posto de Coronel;
 - g) Polícia Militar do Estado do Paraná -- dois (2) pontos;
 - h) Coronel Sarmento -- dois (2) pontos;
 - i) Outras medalhas instituídas na corporação, não comemorativas: dois (2) pontos".
- "III -- Medalhas e condecorações conferidas por autoridades públicas da União, Estados e Municípios, em reconhecimento de atos altamente meritórios: um (1) ponto por medalha, computáveis até o máximo de dois (2) pontos".
- f. Os incisos IV, V, VI, VII e VIII do artigo 37, passam a vigorar com a seguinte redação:

"IV -- Curso de Formação de Oficiais e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais:

-- pontos positivos iguais ao grau de término do respectivo curso, sendo que os pontos relativos à média de aprovação do Curso de Formação de Oficiais é contada para as promoções até o posto de Capitão e os relativos à média do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as demais promoções, até Coronel, inclusive".

"V -- Curso superior de Polícia ou Curso Superior de Bombeiro-Militar: três (03) pontos".

"VI -- Curso de Especialização:

- a) Curso de duração igual ou superior a seiscentas (600) horas-aula: três (03) pontos;
- b) Curso de duração igual ou superior a trezentas (300) e inferior a seiscentas (600) horas-aula: dois (2) pontos;
- c) Curso de duração igual ou superior a cem (100) e inferior a trezentas (300) horas-aula: um (1) ponto;
- d) Curso de duração inferior a cem (100) horas-aula, com um mínimo de quarenta (40) horas-aula: meio (0,5) ponto".

"VII -- Curso de nível superior, reconhecido como tal pelo Conselho Federal de Educação: meio (0,5) ponto por ano de duração do curso, independentemente de antecipação ou prorrogação de sua duração pelo sistema de crédito. Computa-se somente o curso de maior valor, válido para todas as promoções".

"VIII -- Elaboração de documento escrito original, de natureza técnico-científica ou realização de obra física altamente meritória, cuja execução, ao esforço pessoal do oficial, quanto julgados, pelo Comandante-Geral, de real proveito à Corporação, de meio (0,5) a dois (02) pontos, por documento ou obra. Computa-se até três (3) pontos pelo conjunto de documentos e obras e somente uma vez e para a próxima promoção, considerando o posto em que foi deferido, pela CPO, o registro dos pontos. No caso de mais um autor, os pontos atribuídos ao documento ou à obra serão divididos em proporções iguais, com aproximação até centésimos".

g. O inciso "IX" do artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

"IX -- Ferimentos em serviço:

- a) Grave -- quando houver perigo de vida, enfermidade incurável, perda, inutilização ou debilidade permanente

de membro, sentido ou função, deformidade duradoura, ou ainda, incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias: três (3) pontos, quando não for o oficial agraciado com medalha, pelo mesmo evento;

- b) Média -- quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais por período superior a dez (10) e igual ou inferior a trinta (30) dias: um (01) ponto;

- c) Leve -- quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais até dez (10) dias: meio (0,5) ponto".

h. O artigo 37 passa a vigorar com cinco parágrafos, com a seguinte redação:

"§ 1.º. Os pontos positivos pela conclusão dos cursos referidos nos incisos IV, V e VI deste artºgº serão registrados "ex-officio" na ficha de promoção, a partir da data da respectiva conclusão".

§ 2º -- São cursos de especialização os que habilitam para o desempenho de funções ou atividades da Polícia Militar cujo exercício exija conhecimentos e habilidades especiais e nos quais o oficial tenha sido matriculado por ordem do Comandante-Geral segundo as normas da Corporação".

"§ 3.º -- Os pontos por curso de especialização:

- a) Serão computados uma vez e somente para a próxima promoção do Oficial, independentemente do critério, considerando-se o posto em que foi concluído o curso;
- b) serão computados, no máximo, quatro (4) pontos para cada promoção".

"§ 4.º -- As conseqüências dos ferimentos em serviço serão apurados mediante inquérito sanitário de origem de acidente e os pontos serão atribuídos quando ficar provado, mediante sindicância ou inquérito policial-militar, que os ferimentos sofridos ocorreram durante a execução de ato de serviço para a consecução das atividades finalísticas da Corporação, excluídas todas as atividades de apoio, serviço interno, instrução, desportivas e outras correlatas, e não tenham sido motivadas por imperícia, imprudência ou negligência do ferido".

"§ 5.º -- Os pontos por ferimentos em serviço serão computados uma única vez por evento e somente para a próxima promoção, considerando-se o posto do oficial, quando ferido".

i. O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38 -- Serão registrados na ficha de promoção, pontos negativos pelos seguintes motivos:

I -- Punições disciplinares:

- a) Falta grave: três (03) pontos;
- b) Falta média -- dois (02) pontos;
- c) Falta leve: um (01) ponto.

II -- Pena criminal, por crime doloso, com sentença transitada em julgado: de quatro (4) a oito (08) pontos por pena, tendo-se em vista o prejuízo moral causado à Corporação, a critério exclusivo da CPO.

III -- Pena criminal, por crime culposo ou contravenção penal, com sentença transitada em julgado: quatro (4) pontos por pena.

IV -- Falta de aproveitamento em curso no qual tenha sido regularmente matriculado ou interrupção injustificada, assim declarada pelo Comandante-Geral:

- a) Curso Superior de Polícia, Superior de Bombeiro-Militar ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais: três (03) pontos;
- b) Curso de Especialização, independentemente de carga horária: um (1) ponto".

"Parágrafo único. Os pontos negativos serão computados:

- a) uma única vez por evento; e,
- b) somente a próxima promoção do oficial, considerando-se o posto em que ocorreu".
- j. O artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 39 — Não serão computados pontos por tempo de serviço durante o período em que o Oficial estiver agredido pelos seguintes motivos:
I — em licença para tratar de interesses particulares;
II — em estado de deserção;
III — extraviado ou desaparecido; e,
IV — cumprindo pena criminal".
- l. O artigo 41 passa a contar com os incisos XII e XIII, com a seguinte redação:
"XII — licença para tratar de interesses particulares; e,
XIII — submetido a Conselho de Justificação, instaurado "ex-officio"."
- m. O inciso IV do artigo 46 passa a vigorar com a seguinte redação:
"IV — Tempo de arregimentação, no posto:
a) Para os integrantes dos Quadros de Oficiais Policiais-Militares e Bombeiros-Militares;
1) Tenentes-Coronéis: um (1) ano no exercício do cargo de comandante de unidade operacional, assim entendida a que executa as atividades finalísticas da Corporação;
2) Demais postos: um (1) ano no exercício de função orgânica, prevista no Quadro de Organização de unidade operacional.
b) Para os integrantes dos demais quadros de Oficiais: um (1) ano no exercício de funções prevista no Quadro de Organização de qualquer unidade da Corporação".
- n. O Parágrafo único do artigo 46 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Parágrafo único. Para os Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares o período passado no cargo de Comandante da Unidade de Bombeiro-Militar, cujo comando seja privativo do posto de Major, poderá ser computado como se no posto de Tenente-Coronel fosse, para efeito de arregimentação".
- o. O artigo 76 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 76 — O período de arregimentação prevista no número 2 da alínea "a" do inciso "IV" do artigo 46 desta lei somente será exigido para as promoções às vagas que se verificarem a partir de 01 de julho de 1984."
- p. O artigo 79 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 79 — A correção do registro dos pontos por obra ou trabalho já constante da ficha de promoção, levando-se em conta as novas disposições desta lei, far-se-á por regra de três simples, considerando-se o valor máximo previsto anteriormente, de cinco pontos e o novo limite ora estabelecido, de dois pontos, com aproximação até centésimos, respeitando-se o limite mínimo de meio (0,5) ponto por trabalho".
- "Parágrafo único. Para efeito da correção do registro dos pontos, considerar-se-á como individual toda obra ou trabalho já definitivamente apreciado pela CPO, antes da vigência desta lei."
- q. É acrescentado o artigo 80, com a seguinte redação:
"Art. 80 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".
- r. Ficam revogados os seguintes dispositivos: o parágrafo único do artigo 41, o artigo 48 e seu parágrafo único e parágrafo único do artigo 61.
- Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Exmo. Sr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI
DD. Secretário da Segurança Pública.
Assunto: Alteração na Lei de Promoções de Oficiais.
Ref: Of. no. 041/IGPM/1, de 26 Abr 83
Anexos: a) Anteprojeto de Lei;
b) Texto da Lei 5944, de 21 Mai 69;
c) Cópias dos ofícios referenciados.

1. Este Comando tem a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei número 5944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais/PMMPR).
2. As modificações ora propostas têm por objetivo aperfeiçoar os mecanismos de avaliação dos oficiais, com vistas às promoções, tendo por base o interesse da Corporação em selecionar os mais aptos ao desempenho das atividades previstas para postos imediatamente superiores.
3. Este Comando considerou atentamente as observações constantes do Ofício número 025-IGPM/1, de 25 Fev 83, incorporando as propostas ao anteprojeto ora apresentado.
4. O anteprojeto foi submetido à IGPM, conforme Lei Federal, tendo sido aprovado.
5. As alterações constantes do anteprojeto são basicamente as seguintes:
 - a. Prevê a instituição do Regimento Interno da CPO, por ato do Comandante-Geral.
 - b. Concede à CPO atribuições de cancelar pontos já concedidos, em casos de vício de origem, má fé, lapso ou alteração da legislação.
 - c. Altera a constituição da CPO, que passará a contar com somente oficiais do posto de Coronel, prevendo três suplentes, oficiais do QOBM e do Quadro de Saúde.
 - d. Inclui incentivo ao oficial para servir no interior do Estado, mandando computar 0,25 ponto por semestre completo, quando naquela situação.
 - e. Reduz os pontos atribuídos a medalhas, coerentemente com a redução dos pontos de outros itens.
 - f. Inclui a média do término do Curso de Formação de Oficiais como pontos para promoção, como incentivo aos estudos, para promoção até Capitão, mantendo a do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as demais promoções.
 - g. Modifica o critério de aferição do valor dos cursos de especialização: do tempo em meses de duração para horas-aula, por ser mais justo, mandando contar os pontos somente para a próxima promoção e limitando os pontos por este motivo ao máximo de outro, por posto.
 - h. Altera o dispositivo que incentiva o trabalho criativo intelectual e também a realização de obras físicas, tornando-o mais compreensível, limitando-o ao posto e ao máximo de dois pontos.
 - i. Melhora a redação do conceito de ferimento grave, com base no Código Penal Militar, definindo o ferimento em serviço e mandando computar os pontos por este motivo uma única vez e para a próxima promoção.
 - j. Reduz o valor dos pontos negativos por punições disciplinares e penas criminais, limitando-os no posto, coerentemente com a redução geral dos pontos por outros motivos.
 - l. Aperfeiçoa a redação do artigo 39, melhorando a sua compreensão.
 - m. Inclui dos novos motivos para exclusão do quadro de acesso: a licença para tratar de interesse particular e a submissão a Conselho de Justificação, quando instaurado "ex-Officio".
 - n. Estabelece critérios mais rígidos, consoante o interesse da Corporação, para a arregimentação.
 - o. Define o mecanismo pelo qual serão corrigidos os registros dos pontos já concedidos por obra ou trabalho.
 - p. Revoga o dispositivo referente ao conceito "sub

"judice" por haver jurisprudência plenamente aceita no País, inclusive contrária ao que dispõe a atual LPO.

q. Revoga o dispositivo que permite a promoção ao subtenente por contrariar a legislação federal que exige o Curso de Habilitação de Oficiais de Administração.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência, os protestos de estima e distinta consideração.

Confere com o original.

RAUL VICTOR LOPES Cel.
Comandante Geral

Ofício:

Sob o nº 3695/AN/83, do Senhor OTO LUIZ SPONHOLZ, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Estado do Paraná, o qual manifesta o apoio recebido, no tocante à aprovação do projeto do Deputado NILSO SGUARZI ou o substitutivo do Deputado ANIBAL KHURY, visando a redução das custas no Estado do Paraná.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 84/83, do Sr. Deputado IRAJÁ RODRIGUES - Presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, o qual comunica que foi realizado no plenário daquele Órgão a participação dos Excelentíssimos Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas e Secretários da Fazenda Estaduais e ilustres Presidentes da Associação Brasileira de Municípios e Confederação Nacional dos Municípios, quando se deliberou sobre a adoção de medidas de curto, médio e longo prazo, visando a uma equânime distribuição da renda Nacional entre a União, Estados e Municípios. — Ao conhecimento da Casa.

EXPEDIENTE:

Do Sr. Professor JOAQUIM CANUTO MENDES DE ALMEIDA, o qual convida o povo, sem distinção de pessoas, para debate e crítica de um projeto - que está em vias de concluir - de nova Emenda Constitucional, no sentido de se simplificar o conteúdo substantivo da nossa atual Constituição, de 1969, e posteriormente modificações e do método procedimental de se realizar a simplificação. Os participantes oficiais desse esforço intelectual são os já mencionados no folheto publicado em fevereiro de 1983, pelo emérito geriatra e gerontólogo paulista, Professor Doutor Tuffik Mattar. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AUREO EYNG, ocorrido no dia 26 de dezembro de 1982, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Aureo Eyng nasceu no dia 14 de janeiro de 1936, em Forquilha, Município de Criciúma, SC., filho de Gabriel Eyng e Verônica Mães Eyng.

Fez o curso primário na Escola de Forquilha, de 1944 a 1948. Frequentou o Seminário Seráfico Franciscano, até 1950.

Formou-se na Escola Normal D. Daniel Hostin, de Forquilha, em 1957.

Em janeiro de 1950, casou-se com Elvira Ars Eyng, mudando-se para o Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.

Em 20 de fevereiro de 1958, foi nomeado professor regente de ensino pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, lotado no Grupo Escolar de Santa Terezinha.

Em 1960, foi designado Inspetor de Ensino Municipal,

permanecendo até 1967, quando pelo Decreto 4402, de 13/03/67 foi nomeado interinamente Professor Primário padrão MR-1, nível II, passando à direção do Grupo Escolar Carlos Zewe de Coimbra, de Santa Terezinha.

Foi co-fundador e primeiro diretor do Ginásio João XXIII em 1968, em Santa Terezinha, entidade mantida pela comunidade. Em 1977 foi ainda co-fundador e Primeiro Secretário do Colégio Flávio Dal Bó, ensino de segundo grau da CNEC, onde era professor de Estudos Sociais.

Foi Professor de Educação Física do Ginásio Estadual Dom Manuel Konner, de 1972 a 1976

Secretário da Comissão pró-emancipação do Distrito de Santa Terezinha de Itaipu, coordenou todas as documentações exigidas.

Na convenção do PDS para escolha dos candidatos a prefeito do novo Município de Santa Terezinha de Itaipu, ficou entre os três primeiros colocados. Sentindo a saúde abalada, preferiu não concorrer, aceitando, por insistência dos amigos, a candidatura de Vice-Prefeito, com Edvar Sávio. Sua saúde, porém, não permitiu que participasse nem da campanha política. A 15 de julho sofria sua primeira intervenção cirúrgica no Hospital Erasto Gaertner; a 15 de outubro, nova intervenção. a 23 de dezembro é feita a última cirurgia, e a 26 de dezembro levou para a outra vida a saudade da esposa, cinco filhos, o genro e uma netinha, dos parentes e de todo o povo de Santa Terezinha de Itaipu, por quem deu a sua vida e sentem a irreparável perda.

Outrossim, solicito dar ciência a família enlutada, à Senhora Prefeita Municipal e à Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João do Vale Lemos, ocorrido hoje no Município de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Pedro Lemos, na Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Contas, solicitando-lhes a iniciativa de instituição de critérios outros para viabilização de recursos à base de convênios, aos municípios, que não o da obrigatoriedade de exibir certidão negativa pelo Tribunal de Contas, especificamente nos casos em que se faz impossível a cessão desta certidão por irregularidades administrativas por outrem, que não os Prefeitos Municipais em exercício do respectivo mandato eletivo.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Contas, solicitando-lhes as necessárias providências para que sejam eliminadas as correntes burocráticas que impedem a percepção de recursos oriundos da esfera estadual ou federal por municípios que apresentem irregularidades em sua prestação de contas nos casos em que, comprovadamente, estes desmandos administrativos não sejam de autoria da chefia de Executivo Estadual no período da vigência do seu mandato.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A atual estrutura legal que rege a condicionante de concessão de recursos aos municípios do Paraná à necessária prestação de contas pelas prefeituras, se por um lado é elogiável, tem forçado também toda a sorte de coação para a continuidade do processo corruptivo, a nível de administração municipal. Encurralados pela total carência de recursos pelas operações de antecipação de receita que lhes bloquearam totalmente sua principal fonte de sobrevivência, o ICM, muitos prefeitos estão sendo contemplados com recusa de ajuda financeira oriunda de convênios, por irregularidades quanto à prestação de contas que por eles não foram realizadas.

Em certos casos, atordoados pelo desespero, certos prefeitos saem à cata de notas frias aqui e acolá, para recheiar as "prestações de contas" relativas a atos administrativos que por eles não foram praticados, para se habilitarem a receber "legalmente" recursos de convênios dos quais necessitam vitalmente mas submetidos à força dentro de um processo que, evidentemente, não pode persistir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes prioridade quanto aos serviços de pavimentação asfáltica das estradas: Astorga - Jaguapitã; Bom Sucesso - Itambé; Marialva - Itambé; Colorado - Lobato e Borrazópolis - Porto Ubá.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além da necessidade óbvia de melhorar as condições para o escoamento de produtos agrícolas nas respectivas regiões, os serviços de pavimentação asfáltica nos trechos mencionados no presente requerimento viriam estancar os prejuízos que em muitos casos vêm ocorrendo, pelo processo erosivo que está comprometendo, em várias partes, até mesmo o investimento público já realizado em serviços anteriores, de compactação do leito de estrada para a aplicação da pavimentação asfáltica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Casa envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando que se procedam os estudos necessários para que o DER se responsabilize pela conservação da estrada que liga o Município de Três Barras do Paraná ao Sudoeste do Estado, através da denominada Fazenda "Camilloti" no intuito de atender e facilitar o acesso dos moradores daquela região ao sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender inúmeros apelos que temos recebido dos moradores do Município de Três Barras do Paraná, que em períodos chuvosos ficam isolados da Região Sudoeste pelo Rio Iguaçu, pois com a conseqüente cheia daquele rio, a travessia de balsa torna-se impossível, obrigando os moradores do município a percorrerem um trecho de 220 km por Quedas do Iguaçu para se deslocarem ao Sudoeste do Estado.

Mediante a conservação da estrada pelo DER através da denominada fazenda Camilloti, o trecho a ser percorrido fica reduzido a 65 km.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, veemente apelo em nome desta Assembléia Legislativa, no sentido de que seja enviada, com a máxima urgência, ao Congresso Nacional, mensagem encaminhando o projeto de criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento, em todo o País, nos termos da proposta encaminhada em 20 de outubro de 1981 ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, pelo Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura, então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O sistema cooperativista cresceu e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de agricultura e produtores. Entretanto, as cooperativas de consumo enfrentam cada vez maiores dificuldades. Caso típico é o da Cooperativa 26 de Outubro, com sede em Ponta Grossa.

Fundada em 1904, para atender os ferroviários da linha Itararé - Uruguai, inicialmente como Associação Beneficente, veio a se transformar, junto com sua congênere do Rio Grande do Sul, em expressivo exemplo do sistema cooperativista. Com o crescimento de outras atividades, o grupamento ferroviário teve reduzida a sua representatividade nas comunidades locais. As cidades aumentaram e melhoraram o seu equipamento público e privado. Surgiram os super e os hiper-mercados. O transporte encareceu para o deslocamento de pequenas encomendas, para atender os ferroviários ao longo da linha. A inflação corroeu o capital de giro. A Cooperativa passou a restringir as suas atividades e, conseqüentemente, a desfazer-se de seu patrimônio para obter capital de giro.

Ainda assim, lançou mão de empréstimos, encarecendo mais o preço das mercadorias. A assistência médica, prestada pelo hospital, tinha seus prejuízos cobertos pelo lucro da venda de produtos diversos.

Cessado o lucro, foi agravada a crítica situação. Em Assembléia realizada no dia 28 de março de 1982, foi cogitada a transformação do Hospital em Fundação, para garantir à comunidade de Ponta Grossa e aos ferroviários a continuidade de uma obra realizada com espírito de fraternidade e sem fins lucrativos.

Entretanto, face as dívidas com o IAPAS, não houve liberação de documentos imprescindíveis para a concretização desse desejo. Agora, no próximo dia 02 de julho, será realizada nova assembléia, que, dada a gravidade da situação, pretende até partir para a dissolução da Entidade, conforme Edital e carta de esclarecimento da Cooperativa Mista 26 de Outubro Ltda.

Diante desses fatos, atendendo reivindicação de um valioso grupo de ferroviários que procurou este Deputado, REQUEIRO seja feito apelo em nome da Assembléia Legislativa do Estado aos Srs. Ministros da Previdência Social e da Agricultura, ao Sr. Presidente do INCRA, ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado, ao Sr. Presidente da OCEPAR, ao Sr. Prefeito e aos Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa, para:

1. Viabilizarem a transformação da Cooperativa em Fundação, com a participação econômica do IAPAS e da comunidade pontagrossense;

2. Ajustarem a atual Cooperativa de classe a uma nova realidade social, atendendo a comunidade, como acontece com a antiga Cooperativa dos Ferroviários da Estrada de Ferro Santos - Jundiá, hoje Cooperativa da Lapa, em São Paulo,

e que apresenta um ritmo de progresso e de atendimento satisfatório aos seus associados.

É o requerimento apresentado na forma regimental, e do qual solicito se dê ciência ao Presidente da Cooperativa Mista 26 de Outubro Ltda., Sr. Enedino Antônio, no Município de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos do dia de hoje, a manifestação do mais irrestrito apoio que o Plenário desta Casa empresta aos Conselhos Regionais Profissionais, pela instituição do "Dia Nacional do Protesto", contra a Lei 6994/82.

A ingerência indevida do Ministério do Trabalho na aplicação dos produtos arrecadados através de anuidade, taxas e emolumentos, bem como a obrigatoriedade do recolhimento ao Ministério do Trabalho de setenta por cento do saldo disponível ao final de cada exercício, retiram dos Conselhos Regionais e Federais toda a autonomia que possuíam, acarretando uma burocratização insuportável e sua dependência total ao Ministério do Trabalho, para qualquer investimento que se pretenda fazer.

Nestas condições, requeiro ainda seja dado conhecimento do presente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho e às entidades a seguir discriminadas:

CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA,
ARQUITETURA E AGRONOMIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de correspondência ao Sr. Nilton Friedrich, DD. Secretário de Estado do Interior, solicitando-lhe informações quanto a possíveis estudos que possam viabilizar uma redução na taxa de esgotos cobrados pela SANEPAR, hoje na ordem de cem por cento sobre o consumo de água.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo a população paranaense dos municípios servidos pela SANEPAR, vem questionando quanto à qualidade dos serviços prestados por esta empresa estadual, sendo que ainda nesta semana tomamos conhecimento de denúncias de duas cidades distantes que criticam a exorbitância das taxas cobradas pela SANEPAR.

Uma das questões que mais nos chamou a atenção foi o questionamento levantado pelo imobiliário londrinense, Sr. Wilson Marques, que critica a taxa de esgotos cobrados pela SANEPAR, hoje na ordem de cem por cento sobre o consumo de água.

Segundo estudo efetuado pelo Sr. Wilson Marques, nos municípios em que os serviços de água e esgoto não estão a en-

cargo da SANEPAR a taxa de esgotos situa-se em torno de 60 por cento sobre o consumo de água, tendo ainda o Sr. Marques citado como exemplo o Município de Ibiporã - PR.

Pelo que foi exposto, julgamos oportuno que a Secretaria do Interior gestione junto à SANEPAR para que estudos sejam feitos sobre uma possível redução na taxa de esgoto nos municípios em que esta empresa preste este serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Francisco Simeão Rodrigues Neto, DD. Secretário da Indústria e do Comércio, Claus Magno Germer, DD. Secretário da Agricultura, solicitando total apoio para a concretização do Programa Integrado de Desenvolvimento Agroindustrial do Distrito de Ibema - PIDI, Catanduvas.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto PIDI — Catanduvas encontra-se em fase de implantação e tem como objetivo principal a fixação do homem ao campo, procurando amenizar os problemas sociais enfrentados atualmente pelo nosso País.

A concretização do projeto vem beneficiar a região oeste do Paraná, proporcionando empregos e oferecendo ao homem do interior bem estar social mais digno, evitando o êxodo rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Excelentíssimo Sr. João Camilo Penna, DD. Ministro de Estado da Indústria e Comércio, solicitando urgência nos estudos visando a eliminação total do confisco cambial incidente sobre a exportação do café e a reanálise dos estudos a respeito da adoção do "Programa de Substituição de Cafezais Improdutivos para Pequenos Agricultores", com cópia ao Presidente da AMEPAR e ao Presidente do IAPAR.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de junho próximoo passado, realizou-se na cidade de Bela Vista do Paraíso, mais uma reunião da Associação de Municípios do Paraná. Da pauta de assuntos tratados, mereceu desta que a discussão a respeito da realidade cafeeira paranaense. Os municípios representados na ocasião, pertencentes a mencionada entidade, são todos considerados como municípios cafeeiros, ou seja, diretamente afetados pela política cafeeira catastrófica do Governo Federal.

No momento em que se aumenta a retirada de subsídios da lavoura, não há cristão que entenda a manutenção do já tão questionado confisco cambial do café, verdadeiro mecanismo de expropriação dos cafeicultores e da riqueza paranaense. Registramos nesta oportunidade nosso apoio ao projeto de lei apresentado pelo Senador Alvaro Dias, que trata da extinção do confisco. Apelamos a todos os setores da sociedade paranaense para que analisem e assumam um posicionamento a respeito.

A história recente nos ensina que com união se consegue botar a ditadura de cócoras, e a palavra de ordem de ABAIXO A DITADURA teve um papel importante na luta, vamos abolir o confisco ou pelo menos reduzi-lo: ABAIXO O CONFISCO DO CAFÉ.

Além da eliminação do confisco, os cafeicultores paranaenses reivindicam a justa retribuição pela sua atividade, exigindo do Governo a garantia do preço em torno de 46 a

48 mil cruzeiros a casa de café com a correção mensal durante o escoamento da safra.

Mas a questão do café não se esgota na reivindicação de preço e extinção do confisco. É urgente a retomada da liderança na produção pelo Paraná. Apesar dos descaminhos da política cafeeira oficial nos últimos anos, é tempo de se recuperar para o Paraná, os incentivos do Setor. Aspectos altamente favoráveis, como a fertilidade do solo, balanço hídrico, infraestrutura física, tecnológica e de pesquisa disponíveis têm redundado em que, apesar de fatores adversos, a produtividade média paranaense tem sido mais alta do que nas regiões do País consideradas insentas de geadas.

Dentro deste enfoque é que um grupo de técnicos do IBC, IAPAS, Cooperativas, Secretaria de Agricultura do Paraná, elaborou um "Programa de Substituição de Cafezais Improdutivos para Pequenos Produtores", objetivando:

- beneficiar 3.000 pequenos agricultores anualmente, tornando economicamente rentável a exploração de propriedades com área inferior a 25,00 ha.

- pela utilização de plantio mais adensados, permitiria a liberação de cerca de 10.500 ha., anuais. Isso possibilitaria a diversificação agrícola a nível de propriedade, trazendo menor vulnerabilidade a riscos adversos de ordem climática. Facultaria também o manejo integrado do solo, bem como o aproveitamento racional da mão de obra, melhorando conseqüentemente a receita do imóvel.

- o plantio dos 45 milhões de cafeeiros fixaria nas propriedades cerca de 22.500 trabalhadores, evitando-se problemas sociais diversos, causados pelo êxodo dos mesmos, para as áreas urbanas.

- o Programa não exigiria a aplicação de novos investimentos com relação à infra-estrutura necessária ao setor, pois os beneficiários já possuem um adequado suporte de benfeitorias: máquinas, implementos e ferramentas.

- o desenvolvimento de uma cafeicultura dentro das opções propostas, diversificando áreas de exploração ou reformas dos cafezais através de plantio no sistema "dobra", criaria condições de sobrevivência econômica até que os novos cafeeiros atingissem a plena produção.

- o programa possibilitaria a estabilização do parque cafeeiro paranaense, e também melhoria da produtividade, tornando o setor mais rentável.

Não há como explicar a não aprovação pelo IBC, do programa cujos objetivos estão sintetizados acima. Só mesmo a manutenção, na direção da Política Agrícola Nacional, de testas-de-ferro dos interesses anti-nacionais justificaria a crise do setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social:

a) Estão em funcionamento os Centros Sociais Rurais das localidades do Lageado dos Vieiras e da Fazendinha, no Município de Rio Negro?

b) Quais as atividades que estão sendo acionadas nos mesmos?

c) Em casos de respostas negativas às perguntas anteriores, quais são os motivos que determinam o imobilismo nos referidos Centros Sociais Rurais?

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

Curitiba, quinta, em 30/06/83

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

a) Qual o motivo que impede o funcionamento do Terminal Rodoviário do Município de Rio Negro, já que o mesmo foi completamente concluído e inaugurado pela administração anterior, restando apenas ser posto em atividade pela atual gestão?

b) O que impede a imediata utilização desse Terminal, considerando que o Município de Rio Negro não possui outras instalações que possam atender com dignidade os passageiros que embarcam e desembarcam ali?

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 91/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo único — Fica concedido ao Sr. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

Apoio: ROBERTO REQUIÃO E NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Teotônio Brandão Vilela, alagoano nascido em 1917, é um brasileiro de longa tradição de luta em defesa da Nação. Ainda jovem, ao tempo do Estado Novo, iniciou-se na política durante a resistência ao fascismo. Quando da redemocratização em 45, militava na UDN. Eleger-se Deputado Federal em 1954, pela UDN. Em 1962, tornou-se conhecido nacionalmente ao ser eleito Vice-Governador da Alagoas. Em 1966, foi eleito senador pela legenda da ARENA. Coerente com sua formação liberal, manteve sempre uma posição independente dentro da ARENA, tendo se posicionado contra o AI-5. Já em 1974, foi um dos poucos senadores eleito pela ARENA, naquelas históricas eleições.

Com fim da Lei da Infidelidade Partidária e mantendo coerência com suas posições, ingressou no antigo MDB. Quando da reformulação partidária, não se iludindo com o canto de sereia que buscava dividir a oposição, defendeu a necessidade da unidade de todos os democratas e oposicionistas em um único partido, e permaneceu no PMDB onde hoje é membro da Executiva Nacional.

Eterno peregrino em defesa da Nação ameaçada, percorreu o País, de norte a sul, debatendo o seu PROJETO BRASIL, onde buscava uma saída para a crise, que apenas dava os seus primeiros passos.

Em 1979, como Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que examinava o PROJETO DA ANISTIA, percorreu os presídios, falou com os presos políticos e defendeu intransigentemente a necessidade da Anistia para a pacificação da Nação.

Hoje, mesmo abatido fisicamente pela doença que o consume, encontra coragem e energia para levantar a voz, para bradar em defesa da Nação.

Ainda uma vez, andarilho a pregar a nacionalidade, corre o País para propor o seu PROJETO EMERGÊNCIA, a conclamar a Nação para se unir e salvar o Brasil. Para decretarmos a moratória, rompermos com a dependência externa, retormarmos o desenvolvimento econômico e salvarmos o País do caos.

E a este brasileiro, que ama a sua Pátria acima de tudo, é a este patriota valoroso que propomos o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 92/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL — ASEEDI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Estudos da Educação Infantil é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a promoção de estudos das questões educacionais, promovendo debates, palestras, seminários, visando divulgar as questões educacionais relativas à infância.

Está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, sob o número 203 do Livro "A" 5 de Registro Civil.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 93/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSERVI — Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra claramente que a entidade em questão reúne os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento da utilidade pública.

A Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados tem por finalidade congregar funcionários públicos aposentados, de um modo geral, com objetivo de proporcionar-lhes assistência social, recreativa e cultural.

O alcance e amplitude dessa meta dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para o qual contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

Estando ausente, concedo a palavra à Sra. Deputada Amélia Hruschka, inscrita.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA — Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

"Não é do nosso feitio contestarmos ou criticarmos os pronunciamentos dos nobres Deputados da Oposição, mas o que nos choca sempre, é ter que ouvir pronunciamento que tentou denegrir a imagem de um cidadão, que acima de tudo é um político, ou melhor, um excelente político, pois prova disto foi a sua vitória, em 15 de novembro, a qual completa a sua terceira vitória em eleições diretas, ou seja, pelo voto popular, e acima de tudo, a pessoa de quem falamos, sem sombra de

dúvidas, é uma crítica humana cristã, honesta, trabalhadora e de mãos limpas.

Quem conhece Arnaldo Coneglian, Prefeito de Barbosa Ferraz, município que nesta Casa temos a honra de representar, não ousa criticá-lo, muito menos dizer que o mesmo vive de mordomias, pois ele sempre foi e é um homem austero, justo, e acima de tudo uma grande pessoa humana, profundo conhecedor dos problemas de seu município e também de todas as dificuldades pelas quais passa o País neste momento, bastando para isso afirmar que, para diminuir as despesas de seu município, cortou na sua prefeitura muitas despesas consideradas supérfluas, como uso de ar condicionado, cafezinho, veículos para uso de funcionários, inclusive o de seu próprio uso, entre outras, e, por coincidência, coincidência esta muito feliz, quando o Deputado Gilberto Carvalho usava da tribuna para criticá-lo, juntamente com o Presidente da Câmara, o Prefeito Arnaldo Coneglian, pessoa que muito admiramos, estava reunido com o Juiz de Direito, o Promotor Público, os Presidentes de Entidades de Serviços e lideranças da comunidade de Barbosa Ferraz para organizar uma comissão que, juntamente com o município, daria soluções ao problema das chuvas, que desabrigou centenas de famílias naquela comunidade, e deixou centenas de famílias sem alimentação, pois como é do conhecimento de todos Barbosa Ferraz é um município essencialmente agrícola e lá centenas de pessoas são bóias-frias. E há mais de 60 dias não conseguem trabalho, e passam pela penúria total, não tendo como prover o sustento de suas famílias. Era essa a mordomia que Arnaldo Coneglian usava no momento em que o Sr. Gilberto Carvalho citou quando usava da tribuna, nesta Casa.

Dizia o nobre Deputado que o Prefeito Arnaldo Coneglian reclama sempre de dívidas, e que quando vem a Curitiba volta cada vez mais pobre, mas vamos aqui demonstrar ao nobre Deputado, como o Prefeito Arnaldo encontrou o Município de Barbosa Ferraz, tão brilhantemente defendido na legislatura anterior pelo Sr. Gilberto Carvalho:

Dívida fundada interna. Cr\$ 122.296.353,00
Mas, note-se que 70 por cento desse total terão correção por ORTNs ou UPCs.

Dívida flutuante Cr\$ 193.249.755,87.
Isto, Srs. Deputados, soma um total de Cr\$ 315.546.106,87, dívida esta que representa um total de 63 por cento do orçamento previsto para o corrente exercício, e note-se que, se considerarmos que o orçamento do município foi superavaliado, esse percentual chegará a um total de 80 por cento.

Essa foi triste herança recebida pelo Prefeito Arnaldo Coneglian da Administração anterior, do PDS, que deixou a maioria dos municípios do nosso Estado em completa insolvência, mesmo assim, no início de sua administração, aqui nesta Casa já se tenta denegrir a sua pessoa, deixando de se olhar os desmandos anteriores, que deram como resultado um pesado ônus aos que hoje assumiram os destinos do nosso Estado.

Mas, Srs. Deputados, acreditamos em nossos administradores, confiamos no espírito de justiça do nosso povo, e acreditamos acima de tudo que o País em que vivemos é um País viável, como também o é o Município de Barbosa Ferraz. E no curso do mandato do prefeito que Vossa Excelência, Deputado Gilberto Carvalho criticou, iremos demonstrar que o povo tinha razão ao elegê-lo, fazendo-o Prefeito de Barbosa Ferraz para resolver os angustiantes problemas de sua gente e transformando aquele município em lugar digno, honrado e progressista.

Não estamos aqui para tecer críticas à administração do ex-Prefeito de Barbosa Ferraz, pois essas já foram feitas e muitas, inclusive diversas ações ajuizadas contra o mesmo, mas o que nos interessa é ver reinar a paz e a tranquilidade naquele município, pois o povo trabalhador, ordeiro e pacífico de Bar-

bosa Ferraz, já deu a resposta nas urnas, a aqueles que ali não corresponderam aos seus anseios.

Mas aqui queremos deixar claro, que ganhamos o Governo do Paraná, de Barbosa Ferraz, e o exerceremos em sua plenitude, fazendo que o povo sinta o calor da nossa presença e sinta que daremos soluções sempre adequadas aos seus problemas, mesmo que isto possa trazer insatisfação a muita gente.

As promessas de campanha estamos cumprindo paulatinamente, mas à risca, não nos preocupando com aqueles que tiveram seus privilégios cerceados e que hoje, por esta razão, tentam denegrir os bem-intencionados que assumiram um Estado em penúria, que todos reconhecem

Mas, faremos um Paraná novo, um Paraná digno de nossos filhos, principalmente sem ódios, sem rancores, onde a paz seja a premissa dominante, e onde o homem do nosso Estado sinta-se em segurança, principalmente no trabalho, no lar, para poder com suas condições, prover o sustento de sua família".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa dois requerimentos, solicitando informações ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, e ao Secretário de Estado dos Transportes. Ambos se referem ao Município de Rio Negro, no que toca à área dos transportes.

Formulo duas indagações ao ilustre Secretário Deputado Deni Schwartz: a primeira, qual o motivo que impede o funcionamento do terminal rodoviário de Rio Negro, já que o mesmo foi completamente concluído e inaugurado pela administração anterior, restando apenas ser posto em atividade pela atual gestão?

Segunda pergunta: o que impede a imediata utilização desse terminal, considerando que o Município de Rio Negro não possui outras instalações que possam atender com dignidade, os passageiros que embarcam e desembarcam ali?

Devo esclarecer à Casa que para que o terminal rodoviário de Rio Negro fosse construído e viabilizada a sua pronta utilização, na gestão do Prefeito José Müller, do Governador Ney Braga e do Governador Josken de Novaes, foi providenciado, inclusive o asfaltamento do acesso do município, e todo o acesso ao terminal rodoviário, que foi ampliado antes mesmo de ser inaugurado. Mas, ao que tudo indica, se cometeu um crime naquele município, que foi atender a uma reivindicação antiquíssima da população, num Governo do PDS, porque hoje o Prefeito do PMDB pura e simplesmente ignora que existe um terminal rodoviário novo na cidade de Rio Negro, que serviu, aliás, num momento de muita angústia, para aquela população, porque, quando do flagelo da enchente do Rio Negro, as populações ribeirinhas foram acomodadas no Ginásio de Esporte, construído também pelo Governo anterior, e no terminal rodoviário, que ainda Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Rio Negro não se dignou, ainda, a colocar em funcionamento.

Como o dinheiro ali aplicado veio do Governo do Estado, é oriundo do governo paranaense, e conseqüentemente, não tem cor partidária, solicitamos essas informações ao Secretário dos Transportes, para que Sua Excelência, como parlamentar ora licenciado desta Casa, nos dê informações e, se possível, acione todos os mecanismos para que esse terminal rodoviário seja colocado em funcionamento.

Por outro lado, encaminho um pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, porque também na gestão do ex-Prefeito Municipal José Müller, do

PDS, do Governador Ney Braga e do Governador Hosken Novaes, construímos, em duas localidades distintas de Rio Negro, com recursos do Pró-Rural, logo, com recursos do Governo do Estado e do povo paranaense, dois centros Sociais Rurais, um na localidade do Lageado dos Vieiras, a 60 km da sede do município e outro na localidade de Fazendinha, e ao que nos consta, ambos também não estão em funcionamento.

E devo mencionar que, os dois se destinam a atender, com assistência médica, as populações rurais daquelas duas localidades, com recreação, com assistência familiar social àqueles que dependem dessa assistência e que, estando distantes da sede do município, não têm nem mesmo locomoção fácil, para chegarem ao desenvolvimento urbano mais adiantado; também quer me parecer que, o crime cometido nesses dois casos, tenha sido o fato de, as duas obras terem sido construídas por um ex-Prefeito do PDS e por ex-Governadores do nosso Partido. E fica aqui uma pergunta que espero seja respondida por quem de direito.

O pecado que foi praticado — se é que se pode entender como tal — na verdade, está sendo neste momento, de terrível conseqüência para aquela população, que se vê privada de uma assistência providencial e, sem dúvida, extraordinariamente necessária.

Esperamos que essas informações sejam fornecidas a esta Casa, e que, o ranço partidário que ainda prevalece em algumas mentalidades, seja abolido, porque, o bem estar da população está acima do egoísmo político-partidário de quem quer que seja.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

A partir de amanhã, milhões de mutuários do sistema financeiro do BNH começa a ver o seu sonho da casa própria desaparecer. Neste primeiro de julho, entra em vigor o reajuste de 130 por cento nas prestações do sistema financeiro habitacional do BNH. É o maior aumento da história do sistema financeiro da habitação, ocorrido neste País.

Este aumento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é altamente preocupante, porque temos certeza que milhares de mutuários, milhares de pessoas não vão conseguir pagar as suas prestações e serão obrigados a entregar a sua casa própria de volta ao BNH, que é um banco criado para dar moradia ao trabalhador brasileiro.

Hoje, esse mesmo trabalhador vê o seu sonho de ter a sua casa própria arruinado, porque é proibitivo neste País, mesmo em sistemas criados com finalidade especificamente social, é proibitivo neste País, o trabalhador brasileiro ter direito ao mínimo necessário, que é o direito à sua moradia.

Além disso, Sr. Presidente, o índice de 130 por cento é superior ao reajuste salarial de todas as categorias profissionais. As propostas alternativas oferecidas pelo BNH ao mutuário não deixam de ser uma autêntica armadilha. Cálculos de economistas mostram que se o mutuário optar pela semestralidade, terá aumento superior, não a 130 por cento, mas sim a 180 por cento no valor das prestações da sua casa própria. Enquanto isto o salário estará cada vez mais reduzido em função do expurgo do INPC, decretado pelos "irmãos-maxi" Delfin, Galvêas e Langoni.

Queremos, por outro lado, nos parabenizar ao movimento da "Associação de Mutuários" da região metropolitana de Curitiba, que está orientando os mutuários para que ingressem na justiça contra este que é uma verdadeira violência contra o salário do nosso trabalhador brasileiro.

Queremos que este movimento tenha sucesso, porque so-

mente assim haveremos de ver corrigido um erro que se pratica uma violência que se pratica ao nosso já tão sofrido trabalhador brasileiro, sem contar ainda que grande parte dos mutuários do BNH estão sujeitos à sorte do desemprego, que grande parte dos que possuem prestações a serem pagas ao Banco Nacional de Habitação, está desempregado em virtude do sistema econômico social e político, estabelecido pelo Governo nestes últimos 20 anos.

Queremos que esta Casa, que cada Deputado, faça a vez do mutuário do BNH para que não seja cometido, para que sejam pelo menos diminuído o índice de reajustamento e para que, acima de tudo, protestemos com veemência contra a negociata que se está tentando fazer, contra a armadilha que se está tentando armar na renegociação da dívida, porque o aumento, tenho certeza, economistas já fizeram o cálculo, não será de 130 por cento, mas sim de 180 por cento nas prestações da casa própria.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há pouco ouvimos a manifestação do Deputado Airton Cordeiro, sobre um requerimento que solicita informações ao Município de Rio Negro.

Nós, que temos a honra de, juntamente com o Deputado Antônio Anibelli representar o Município de Rio Negro nesta Casa, queremos deixar bem claro que o povo de Rio Negro e de Mafra também, já que as cidades são limítrofes, tiveram a assistência da Prefeitura Municipal. Estas enchentes que marcaram a história triste daquelas comunidades, teve também o apoio do corpo de bombeiros, o apoio do batalhão que está lá sediado, e especialmente também da Prefeitura Municipal. Todo o povo se reuniu, esteve ao lado do Prefeito, Dr. Alceu Swarowski e de todos os Vereadores do PMDB. Houve um espírito de solidariedade jamais visto em Rio Negro. E é bom que se diga, que todos os flagelados foram atendidos, de uma maneira nunca vista, dentro de um espírito humano e cristão. Todos foram abrigados no ginásio e em residências particulares e também, nos colégios daquele município.

Sentimos que o poder público teve a iniciativa e a responsabilidade de assistir ao povo flagelado, que foram centenas e centenas, ou talvez, até mais de mil.

Quanto a isto, meu Presidente e meus caros Deputados, nada há a contestar. A preocupação do Prefeito e das autoridades competentes se fez presente. O que não podemos admitir na acusação do Deputado Airton Cordeiro, é que o Estado não está atendendo as entidades que foram criadas pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. É bom que se frise, que a preocupação do Governador José Richa como também do Prefeito Alceu Swarowski, foi de saldar os compromissos deixados pela administração anterior, cuja administração preocupou-se em inaugurar obras nas vésperas das eleições, inaugurar estes postos sem condições econômico-financeiras, uns dez dias antes das eleições de 15 de novembro. A inaugurar o asfalto, o seu recapeamento na estrada de Rio Negro, faltando dois dias para as eleições e deixaram, tanto o Governo como o município, uma dívida exorbitante. E a preocupação então inicial, do município e do Prefeito, é de liquidar estes débitos, mas o atendimento em todos os sentidos, o PMDB através de sua prefeitura, está dando com todo carinho, com toda a dedicação.

Fica aqui a nossa manifestação, porque não é justo que se façam acusações infundadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Ouvimos o pronunciamento do Deputado Airton Cordeiro, que encaminha à Mesa dois pedidos de informações, um ao Sr. Secretário dos Transportes e outro ao Sr. Secretário de Saúde.

O Deputado Ervin Bonkoski que aqui me antecedeu, já defendeu, em parte, o honrado Prefeito de Rio Negro, Dr. Alceu Antônio Swarowski. O Deputado Airton Cordeiro pergunta por que não está sendo usado aquele terminal rodoviário.

Eu quero esclarecer a esta Casa e talvez ao Sr. Deputado, que aquele terminal foi construído na administração do Sr. José Müller, Prefeito da ARENA e do PDS, mas que tinha sido eleito pelo PMDB, pela grande administração que Alceu Swarowski tinha feito há quatro anos atrás.

Por isso o Sr. José Muller foi eleito, graças ao apoio e à grande administração de Alceu Swarowski. Porém, não sabemos qual vantagem, quais foram as benesses do Governo passado que o fizeram trair o seu partido e engajar no novo partido, o PDS. Talvez algumas vantagens, e até levantamos dúvidas que sabemos que foram construídas as casas nas praias de Santa Catarina, e etc.

Porém, Srs. Deputados, o terminal rodoviário foi construído em Rio Negro num lugar que os ônibus não conseguem entrar. Estava afundando. Foi feito um asfalto que não tinha condições para que os ônibus entrassem, e não sei como o Sr. Prefeito abrigou os flagelados das chuvas. Sei que lá os ônibus ao menos não poderiam entrar.

Quanto às acusações dos Centros de Saúde, sabemos que o Governo, em véspera de eleições, construiu tudo aquilo que pretendia e que queria, talvez iludir a opinião pública e os eleitores daquele município, mas o povo de Rio Negro, que sabe escolher e que soube escolher Alceu Swarowski na primeira vez, que escolheu Juca Müller na segunda, talvez graças ao apoio de Alceu Swarowski, soube novamente reconduzir à Prefeitura daquela cidade um homem íntegro, homem sério, um grande administrador, um homem pobre, um advogado de conceito e respeitado, não só em Rio Negro mas em toda a sua Comarca e nesta capital.

Por isso aqui não aceitamos as dúvidas levantadas pelo Deputado Airton Cordeiro. Estamos aqui, ao lado do Deputado Ervin Bonkoski, para representar aquele povo que nos deu uma grande vitória e dizer que Rio Negro está de parabéns. Se lá não estão funcionando as obras que o Governo passado deixou, é porque não tem condições de servir àquela população.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 23 de junho próximo passado, realizou-se na cidade de Bela Vista do Paraíso, mais uma reunião da Associação de Municípios do Paraná. Da pauta de assuntos tratados, mereceu desta que a discussão a respeito da realidade cafeeira paranaense. Os municípios representados na ocasião, pertencentes a mencionada entidade, são todos considerados como municípios cafeeiros, ou seja, diretamente afetados pela política cafeeira catatráfica do Governo Federal.

No momento em que se aumenta a retirada de subsídios da lavoura, não há cristão que entenda a manutenção do já tão questionado confisco cambial do café, verdadeiro mecanismo de expoliação dos cafeicultores e da riqueza paranaense. Registramos nesta oportunidade nosso apoio ao projeto de lei apre-

sentado pelo Senador Álvaro Dias, que trata da extinção do confisco. Apelamos a todos os setores da sociedade paranaense para que analisem e assumam um posicionamento a respeito.

A história recente nos ensina que com união se consegue botar a ditadura de cócoras, e a palavra de ordem de ABAIXO A DITADURA teve um papel importante na luta, vamos abolir o confisco ou pelo menos reduzi-lo: ABAIXO O CONFISCO DO CAFÉ.

Além da eliminação do confisco, os cafeicultores paranaenses reivindicam a justa retribuição pela sua atividade, exigindo do Governo a garantia do preço em torno de 46 a 48 mil cruzeiros a casa de café com a correção mensal durante o escoamento da safra.

Mas a questão do café não se esgota na reivindicação de preço e extinção do confisco. É urgente a retomada da liderança na produção pelo Paraná. Apesar dos descaminhos da política cafeeira oficial nos últimos anos, é tempo de se recuperar para o Paraná, os incentivos do Setor. Aspectos altamente favoráveis, como a fertilidade do solo, balanço hídrico, infraestrutura física, tecnológica e de pesquisa disponíveis têm redundado em que, apesar de fatores adversos, a produtividade média paranaense tem sido mais alta do que nas regiões do País consideradas isentas de geadas.

Dentro deste enfoque é que um grupo de técnicos do IBC, IAPAS, Cooperativas, Secretaria de Agricultura do Paraná, elaborou um "Programa de Substituição de Cafezais Improdutivos para Pequenos Produtores", objetivando:

- beneficiar 3.000 pequenos agricultores anualmente, tornando economicamente rentável a exploração de propriedades com área inferior a 25,00 ha.

- pela utilização de plantios mais adensados, permitiria a liberação de cerca de 10.500 ha., anuais. Isso possibilitaria a diversificação agrícola a nível de propriedade, trazendo menor vulnerabilidade a riscos adversos de ordem climática. Facultaria também o manejo integrado do solo, bem como o aproveitamento racional da mão de obra, melhorando conseqüentemente a receita do imóvel.

- o plantio dos 45 milhões de cafeeiros fixaria nas propriedades cerca de 22.500 trabalhadores, evitando-se problemas sociais diversos, causados pelo êxodo dos mesmos, para as áreas urbanas.

- o Programa não exigiria a aplicação de novos investimentos com relação à infra-estrutura necessária ao setor, pois os beneficiários já possuem um adequado suporte de benfeitorias: máquinas, implementos e ferramentas.

- o desenvolvimento de uma cafeicultura dentro das opções propostas, diversificando áreas de exploração ou reformas dos cafezais através de plantio no sistema "dobra", criaria condições de sobrevivência econômica até que os novos cafeeiros atingissem a plena produção.

- o programa possibilitaria a estabilização do parque cafeeiro paranaense, e também melhoria da produtividade, tornando o setor mais rentável.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Não há como explicar a não aprovação pelo IBC do programa acima mencionado: Programa de Substituição de Cafezais improdutivos para Pequenos Produtores.

Não há como justificar a não aprovação de um programa cujos objetivos estão sintetizados acima. Só mesmo a manutenção na direção da política agrícola nacional, de testas-de-ferro dos interesses anti-nacionais, justificaria a crise do setor.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): " Venho a esta tribuna, com a finalidade de esclarecer minuciosamente aos membros desta Casa, um assunto que vem causando grande polêmica e que já foi objeto de recentes debates neste recinto: a consolidação das escolas rurais unidocentes, reunidas em um único prédio, denominada "Escola Consolidada", constante do elenco de projetos do Programa Pró-Rural parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Primeiramente, gostaria de conceituar a Escola Consolidada, suas finalidades e filosofia, e aqui lanço mão de documentos oficiais.

Entende-se por "Escola Consolidada" uma escola resultante da unificação de escolas pequenas, geralmente três ou mais "escolas-de-um-oi-dois-professores" com a finalidade de prover ambientes escolares mais adequados, assim como possibilitar maiores oportunidades educacionais à população em idade escolar, residente na zona rural.

A Escola Consolidada propõe nada mais do que a criação de uma escola para educandos da zona rural, oferecendo as mesmas condições técnico-pedagógicas, que as de zona urbana, observadas as características do Modelo.

Este modelo desincentivar a continuidade de dezenas e dezenas de escolas de uma ou duas salas, bem como a criação de novas unidades escolares convencionais da zona rural. Assim sendo, as Escolas Consolidadas estrategicamente localizadas apresentam os seguintes objetivos:

- a) a ADEQUAÇÃO da rede física escolar, mediante a construção de prédios condizentes com a filosofia emergente da "Escola Consolidada";

- b) O estabelecimento dos métodos que possibilitem a melhor quantitativa e qualitativa dos padrões técnicos de ensino, mediante a adoção de políticas de ação que propiciem tanto o desenvolvimento gradual do corpo docente, quanto de programas de treinamento;

- c) a propiciação de uma melhor divisão de trabalho diário e a criação de conselhos de classes que deverão funcionar como parâmetro para medir o aproveitamento global dos educandos;

- d) adoção de um sistema de supervisão e administração mais efetivo que oriente e auxilie a atuação do corpo docente, permitindo melhores resultados no processo ensino-aprendizagem;

- e) adequação e melhoria dos conteúdos curriculares que atendam nas quatro primeiras séries ao núcleo comum obrigatório, e nas séries terminais à parte diversificada, determinando segundo as características peculiares a cada região, verificada a necessidade de mão-de-obra nas áreas primária e secundária, evitando-se desta forma possíveis descompassos entre o que a Escola Consolidada venha oferecer, e a real experiência que vem sendo vivenciada pelas comunidades de cada região.

QUANTO A ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A Escola Consolidada, conforme já ficou evidenciado no decorrer da presente explanação, é uma escola eminentemente rural. A Escola Consolidada deve estar localizado de forma estratégica, de modo que a sua implantação venha a substituir diversas escolas de uma ou duas salas, absorvendo sua demanda e aproveitando após treinamento, seu corpo docente.

A localização de uma Escola Consolidada pode ser considerada ideal se a mesma estiver situada de forma tal que no raio de atendimento existam escolas de uma ou duas salas, com uma população que venha a utilizar a Escola Consolidada, em 90 por cento de sua capacidade, tanto nas séries iniciais quanto nas séries terminais do ensino de primeiro grau.

É mister evidenciar a necessidade de transporte escolar para os educandos.

Para a implantação da Escola Consolidada, faz-se necessário um diagnóstico a nível municipal com a finalidade de detectar os aspectos sócio-econômicos da população a ser

beneficiada com este tipo de escola, pois como já se observou anteriormente, cada Escola Consolidada deverá ser planejada individualmente atendendo a cada situação evidenciada no diagnóstico.

QUANTO À UTILIZAÇÃO DIVERSIFICADA DO ESPAÇO FÍSICO E ESPECIFICAÇÕES.

Uma das grandes barreiras para o uso eficiente de um prédio da zona rural é a sua utilização dos aspectos físicos. O prédio escolar destinado ao funcionamento de uma Escola Consolidada deve ser projetado de forma a permitir o uso de ambientes de acordo com a finalidade específica para o qual foi proposto, observando o custo do empreendimento.

Paralelamente torna-se necessário uma racionalização quando da utilização diversificada dos ambientes destinados à formação especial.

É essencial que o prédio de uma Escola Consolidada seja flexível para atender não somente as necessárias adaptações de programa educacional, como também aqueles decorrentes das necessidades e interesses dos educandos.

O projeto arquitetônico de uma Escola Consolidada deve apresentar condições favoráveis quanto a alternativas de cursos, à inclusão de novos cursos e à modificação daqueles que estão tendo continuidade.

Assim sendo, o prédio só deveria ser construído quando um estudo de viabilidade comprovasse que o mesmo teria condições de ser facilmente ampliado por meio de montagem de unidades modulares para uma nova composição ambiental, sendo as modificações e/ou inovações educacionais.

Além disto, deverão ser observadas também as peculiaridades econômicas dos municípios a que se destina a Escola Consolidada. Em resumo, tais construções deveriam ser planejadas com especificações educacionais diversificadas, consoante a população escolar a ser atendida. Desta forma, os projetos arquitetônicos deverão ser planejados atendendo a três aspectos:

- ambientes destinados às atividades do núcleo comum;
- ambientes específicos que venham suprir carências referentes às peculiaridades das diversas regiões a serem atendidas pelos prédios escolares;
- possibilidade de utilização pela comunidade.

QUANTO A ADAPTAÇÃO PARA O USO PELA COMUNIDADE

A comunidade escolar está intimamente integrada com a vida da comunidade local, num relacionamento mais estreito o que, via de regra não é usual nos grandes centros urbanos.

A Escola Consolidada deve atuar diretamente em grande parte das atividades da comunidade local. O prédio escolar e as áreas destinadas à recreação deverão prover fácil acesso à participação da comunidade, não só nas atividades escolares como também na integração das associações comunitárias.

Assim como a Escola Consolidada tem uma grande responsabilidade em prover educação condizente, atendendo simultaneamente os anseios comunitários, o prédio escolar, considerando-se suas instalações deverá oportunizar o desenvolvimento desses anseios.

Quando as instalações de um prédio escolar estão disponíveis ao uso efetivo da comunidade no tocante a organizações agrícolas, Clube de Serviços, Clube de Mães, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e Recreativos, serviços de atendimento de urgência etc., há uma redução do custo, além de multiplicar o seu valor real, face a sua utilização múltipla.

Sendo o prédio da Escola Consolidada utilizado desta forma, virá representar em termos de custo uma significativa economia de recursos.

Os objetivos, estrutura e métodos da escola rural são de

excepcional importância. No desenvolvimento do contexto deve sem dúvida prover educação básica não só para aquelas que se dedicarão ao cultivo da terra, mas também, para um grande número de jovens cujas vidas profissionais permanecerão à margem da agricultura.

Um dos problemas fundamentais do crescimento, é o redobramento do trabalho para corresponder ao desenvolvimento dos vários setores e ramos de produção. Sob este aspecto a escola da zona rural é chamada a cumprir uma dupla tarefa fornecendo além da educação, a orientação vocacional, nos estados onde o êxodo rural é excessivo, como é o nosso caso, é até mesmo convocado a auxiliar na redução deste evento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A inclusão, por parte da Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Grupo de Planejamento Setorial e da FUNDEPAR, da proposta de construção de 39 Escolas Consolidadas em Municípios na área de abrangência do Programa PRÓ-RURAL, despertou tamanho interesse dos técnicos do BID, por tratar-se de uma experiência inovadora, como alternativa para a solução dos problemas da educação no meio rural, que na ocasião da análise do elenco de Projetos que compunham o Programa PRÓ-RURAL, os técnicos do BID solicitaram a vinda do então Chefe de Educação, Ciência e Tecnologia Dr. Ismael Escobar para analisar a proposta. O Dr. Ismael Escobar coordenando os técnicos de educação do Banco, debateu durante duas semanas com os técnicos da Secretaria da Educação e da FUNDEPAR, para que todos os prós e os contra fossem devidamente discutidos, a fim de viabilizar ou não a aprovação da experiência por parte do BID.

Para uma das várias reuniões com aqueles técnicos internacionais, foram convocados Prefeitos Municipais e Inspectores de Ensino de Municípios, que haviam sido selecionados para re-olherem este tipo de escola, visando saber de viva voz quais os motivos que o levaram a acatar a experiência inovadora na educação da Zona Rural, discutindo sua viabilidade, etc., etc..

Foi também visitada uma Escola que já atuava com características semelhantes às da Escola Consolidada: a Casa Escolar Tiradentes, na zona rural do Município de São José dos Pinhais, a qual oferece as oito séries do ensino de primeiro grau efetuando o transporte de escolares de diversos pontos do município.

Dr. Ismael Escobar, considerou que a escola estava muito próximo da zona urbana, e mesmo concordando, após percorrer todo o trajeto do ônibus escolar, que os alunos eram residentes na zona rural, a escola recebia uma nítida influência da zona urbana. Solicitou então aos técnicos da Secretaria de Estado da Educação e da FUNDEPAR, se não havia outra escola que mais se aproximasse daquelas que estavam sendo propostas no Programa PRÓ-RURAL. Optou-se por Campo Largo um dos municípios que havia sido selecionado para receber uma escola consolidada, na localidade de Palmital de São Silvestre, e que já estava desenvolvendo um trabalho de consolidação de escolas rurais no Distrito de Três Córregos, tendo seu então Secretário Municipal de Educação, Osvaldo Zotto, prestado depoimento sobre a experiência da implantação da Escola Consolidada.

Valho-me de documento a que me referirei posteriormente para ilustrar a experiência da consolidação de escolas no Distrito, de Três Córregos, Município de Campo Largo.

Na zona rural do distrito estão localizados setenta por cento dos estabelecimentos de ensino de primeiro grau, atendendo uma demanda de mais de 2.000 matrículas, ou seja, vinte e cinco por cento da matrícula total do município. A manutenção dessas escolas rurais representava, por um lado, elevado ônus para o poder público; por outro, a educação ofertada por estas escolas não atingirá índices aceitáveis de rendimentos e padrões mínimos de qualidade e de adequação às necessidades da comunidade. Altas taxas de evasão (mais de vinte por cento

na zona rural), de reprovação (quarenta e oito por cento na primeira série da escola de zona rural) e de repetência (vinte e quatro por cento na primeira série das escolas de zona rural) eram características partilhadas por essas escolas.

Foi, portanto, com a finalidade de melhorar o ensino ofertado a essas populações, que o Departamento Municipal de Ensino — repositório dos reclamos e das aspirações das comunidades rurais — baseou-se na dissertação de mestrado do Professor Eloy Pereira sobre Consolidação de Escolas, para propor a centralização de escolas rurais. Para a experiência, foi selecionado o Distrito de Três Córregos, distante aproximadamente sessenta quilômetros da sede do município, por suas condições de carências sócio-econômico-educacionais, pelas elevadas taxas de reprovação, evasão e repetência e por possuir grande número de escolas rurais (trinta por cento das escolas rurais do município de Campo Largo).

O sistema escolar do Distrito de Três Córregos contava com 22 escolas, das quais 18 foram incluídas no Projeto de Centralização e desativadas, sendo que 2 (duas) delas já estavam inativas por falta de professores. À escola centralizada foi dado o nome de Escola Augusto Pires de Paula - Ensino de Primeiro Grau. Inicialmente construída com quatro salas de aula, face ao incremento da demanda será certamente ampliada.

O transporte dos alunos é efetuado em dois ônibus que percorrem diariamente 120 km cada um e em 5 kombis, percorrendo 30 km diários cada uma, as quais servem de alimentadoras apanhando as crianças nos lugares de difícil acesso e transportando-as até o ponto de ônibus.

A Escola Augusto Pires de Paula - Ensino de Primeiro Grau adotou, em caráter provisório, o currículo utilizado pelas escolas da zona urbana de Campo Largo, até que sejam concluídos os estudos para a elaboração de um currículo próprio para o referido estabelecimento.

Após esta retrospectiva sobre a Escola Consolidada no Paraná, gostaria de apresentar um aspecto, que até o presente que é a avaliação do funcionamento deste tipo de Escola.

Bem sabemos que as Escolas Consolidadas constantes no Programa PRÓ-RURAL ainda não apresentam condições de serem avaliadas. Porém, como elas deveriam obedecer à mesma filosofia da Escola Consolidada de Três Córregos, respeitadas as peculiaridades dos municípios e localidades onde foram construídas. Passo a tecer alguns comentários sobre a Dissertação de Mestrado da Professora Yara Pereira da Silva Lacerda, defendida recentemente para obtenção do título de mestre em Educação na Universidade Federal do Paraná, sob o título "Consolidação de Escolas na Zona Rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo, Estado do Paraná: Proposta de Solução Alternativa.

A dissertação teve como objetivo:

"1 — Identificar, dentro do contexto educacional do Distrito de Três Córregos, as características das escolas da zona rural em termos de matrícula, taxas de evasão, reprovação e outros.

2 — Coletar e analisar dados da rede de escolas rurais do Distrito de Três Córregos, referentes à localização das escolas, prédio escolar, corpo discente, com vista a estabelecer um comparativo do comportamento da matrícula do ensino de primeiro grau e das disfunções do sistema educacional do Distrito de Três Córregos, do Município de Campo Largo e do Estado do Paraná.

3 — Verificar o comportamento do produto das escolas unidocentes da zona rural, durante cinco (05) anos (1976-1980) que precederam sua desativação, comparando estes resultados com o produto da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de Primeiro Grau, após sua implantação (1981-1982)".

Após exaustiva análise, conclui a Professora:

"Levando-se em consideração os aspectos evidenciados

na análise da situação educacional, tanto no meio rural brasileiro como no meio rural paranaense e mais especificamente na zona rural do Distrito de Três Córregos, alguns resultados alentadores puderam ser observados após a implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de Primeiro Grau apesar de ter iniciado suas atividades há apenas dois anos (1981).

As principais conclusões que podem ser abstraídas da análise do comportamento da matrícula do ensino de primeiro grau são as seguintes:

a) o comportamento da matrícula inicial cresceu acentuadamente, o que indica que a Escola Consolidada parece ter exercido uma ação motivadora;

b) as taxas de aprovação revelaram um decréscimo em 1981, possivelmente pela expansão simultânea da matrícula, apresentando, já em 1982, um ligeiro crescimento;

c) foi registrado, em 1981, um decréscimo de vinte e cinco por cento (sobre 1976) na taxa da evasão, acentuando-se o decremento para cinquenta por cento (sobre 1976) em 1982, o que indica uma possível ação saneadora;

d) a idade média indicou inadequação de um ano e meio no período 1981/1982, possivelmente pela expansão concomitante da matrícula, mediante o atendimento a uma clientela até então marginalizada;

e) expansão da oferta com a implantação em 1982, da quinta série do ensino de primeiro grau e as demais séries nos anos subsequentes.

Finalmente, os resultados obtidos indicam que a experiência da consolidação das escolas unidocentes da zona rural em uma única escola, Escola Consolidada, parece ter contribuído na redução das disfunções do sistema educacional do Distrito de Três Córregos.

A experiência da consolidação de escolas não é a única no Estado, mas nenhuma parece ter as mesmas características da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de Primeiro Grau (DK), a qual:

a) centralizou o sistema escolar do Distrito de Três Córregos, com a desativação total das escolas unidocentes;

b) absorveu todos os professores das escolas desativadas;

c) incentivou o crescimento da demanda;

d) ampliou a oferta.

Na área da educação foi efetuada a multiplicação da experiência do Distrito de Três Córregos, com a implantação de 39 escolas consolidadas, em 31 municípios atendidos pelo Projeto PRÓ-RURAL, projeto bem mais abrangente, financiado parcialmente pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual será executado durante um período de cinco anos. Conta com a participação conjunta de Sete Secretarias de Estado: da Agricultura, de Educação, Saúde, Transporte, Interior, Administração e Planejamento.

Objetivando prestar apoio ao pequeno produtor rural, o PRÓ-RURAL atenderá 61 municípios da região leste do Estado do Paraná, o que representa um terço da área do Estado. Com a implantação das 39 Escolas Consolidadas, deverão ser desativadas total ou parcialmente cerca de 300 escolas unidocentes da região. Outros municípios paranaenses implantaram Escolas Consolidadas na zona rural, procurando difundir a experiência de consolidação das escolas unidocentes do Distrito de Três Córregos.

Com a experiência da implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito de Três Córregos, não se buscou generalizar um modelo, mas empreender uma tentativa concreta, que pudesse solucionar a problemática educacional existente na zona rural e servisse de ponto de partida para novos estudos.

CABE RESSALTAR QUE EMERGIU DA PRÓPRIA COMUNIDADE O DESEJO DE QUE FOSSEM EFETIVADAS AÇÕES QUE RESULTASSEM DA MELHORIA DO ENSINO

NO DISTRITO DE TRÊS CÔRREGOS. Caso contrário, a experiência poderia fracassar, por haver rejeição por parte da população, o que não ocorreu, existindo ao invés, grande expectativa quanto ao funcionamento da Escola Consolidada."

Sugere finalmente a Professora:

"Por se tratar de uma experiência recente como alternativa de solução para os problemas inerentes à Zona Rural, outros estudos deverão ser realizados, como a finalidade de subsidiar uma avaliação mais ampla da experiência da consolidação de escolas unidocentes do Distrito de Três Córregos. Sugere-se, ainda, a elaboração de estudos específicos nas áreas de recursos humanos, currículo, participação comunitária e outros, no intuito de se caracterizar o tipo ou os tipos de escola que melhor correspondam aos anseios e necessidades das populações rurais".

Estas foram as conclusões a que a Mestra Yara Pereira da Silva Lacerda chegou após analisar esta experiência de escola para a zona rural.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A finalidade dessa longa exposição a respeito da chamada Escola Consolidada foi a de contribuir para o esclarecimento dessa controvertida experiência.

Tudo indica que as autoridades educacionais que nesta Casa tão levemente criticam a ação inovadora pouco dela conheciam. Tanto isto é verdade que as afirmações da Senhora Secretária de Educação conflitam com as deduções de seus assessores.

As ACUSAÇÕES da Senhora Secretária da Educação de que "Estamos preocupados com a melhoria da qualidade do ensino, quando redimensionamos projetos que construíram escolas; que construíram escolas é verdade, SEM CONSULTA À COMUNIDADE, chamada escolas consolidadas, onde se criou rede de eletricidade sem energia, onde se criou uma rede hidráulica sem água, onde se doou micro-ônibus sem estradas para que esses ônibus se movimentem".

Contradizem às afirmações de seus assessores que ao prestarem esclarecimento junto à Comissão de Educação da Assembleia; quando questionadas se nas 16 escolas do Programa do PRÓ-RURAL havia Sistema de Transporte Escolar afirmam que sim.

No tocante à Consulta à Comunidade ficou evidenciado, na tese de mestrado aqui citada, que a comunidade foi consultada e que emergiu dela o desejo de uma escola melhor para seus filhos. O mesmo aconteceu com todas as localidades escolhidas para a implantação das Escolas Consolidadas do Programa PRÓ-RURAL, onde foram ouvidos os representantes comunitários que se fizeram representar pelos seus Inspectores Auxiliares de Ensino. No caso do Município de Mangueirinha, as autoridades municipais e educacionais se fizeram acompanhar do motorista de ônibus, que mesmo antes da construção das Escolas Consolidadas naquele município, transportava alunos da zona rural para a Sede, esta representando a Comunidade e também segundo a viabilidade de Transporte em relação a cada escola proposta para ser desativada total ou parcialmente.

No tocante à melhoria de qualidade de ensino está mais que comprovada que a experiência é válida.

Senhores Deputados, gostaríamos de lembrar que o Programa PRÓ-RURAL é um Programa integrado de Sete Secretarias, e que os esforços devem ser conjugados.

As autoridades Educacionais devem cobrar da Unidade Técnica Administrativa UTAD o não cumprimento de alguma das metas, que acopladas às da educação, as quais todas foram cumpridas quase que totalmente no governo anterior, efetivamente contribuíram de maneira satisfatória, para a melhoria da qualidade do ensino na Zona Rural.

Concluindo, Senhores Deputados, se a proposta da Escola Consolidada é tão Criticável no parecer da Senhora Secretária de Educação e de seus Assessores, o que há de diferente entre a

proposta de Escola Consolidada para a Zona Rural e a preconizada pela Secretaria do Planejamento para a região metropolitana de Curitiba, publicada no exemplar do dia 15 de maio de 1983, na Gazeta do Povo. Leio:

"Muitas vezes uma escola rural atende a menos de vinte alunos, pertencentes a diferentes séries do ensino do primeiro grau, utilizando a mesma sala de aula. A professora, por melhor qualificada que seja, não pode atender eficientemente alunos de níveis díspares de conhecimento, tendo, como resultado, uma baixa qualidade de ensino. O plano é substituir quatro ou cinco pequenas escolas por uma única, num raio de dez ou quinze quilômetros, adaptando as instalações já existentes para um melhor atendimento a um maior número de alunos.

Simultaneamente, seria dado Transporte Escolar subsidiado a estes alunos. Somente a economia e racionalização do uso de mão-de-obra, incidindo diretamente sobre a qualidade do ensino ministrado já justificaria o programa".

Senhores Deputados:

Parece-me que é somente a crítica pela crítica, destruir ou tentar apagar aquilo que de viável e eficaz se propôs em termos de educação de zona rural pela administração anterior. Mas é bom lembrar Senhora Secretária de Educação, não se pode apagar a história, e em termos de proposta alternativa para a educação na zona rural já se fez história ao Paraná."

Muito obrigado.

O SR. IVAN GUBERT — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro — Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, invocando um dos temas centrais que deve ser motivo de preocupação permanente, seja do Parlamento, seja do Poder Executivo, seja da comunidade.

Na verdade a base de todos os problemas brasileiros está na educação, ou melhor, na falta de uma educação mais expressiva deste País.

Eu, como Deputado, pude acompanhar, na última Legislatura o trabalho magnífico que foi desencadeado pela FUNDEPAR, da qual Vossa Excelência foi Diretor, como também tive a felicidade de acompanhar o trabalho do Professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, Superintendente da FUNDEPAR, do ex-Secretário Edson Machado de Souza, e do ex-Secretário Iran Martins Sanches, e vi, percebi, algumas vezes, apalpei, Deputado Ivan Gubert, o trabalho de muita profundidade, feito pelo Governo do Paraná, para atender as comunidades do interior.

Na verdade, muitas pessoas, muita gente da sociedade fala no problema educacional, centrando seu enfoque, pura e simplesmente do que seja a educação num grande centro urbano como Curitiba, que tem escolas semeadas em todos os bairros, e na área central.

Mas, às vezes, nem todos percebem, o sacrifício que faz uma criança que vem de um lar de pequenos lavradores e não tem como chegar à uma escola. Esse empenho do Governo anterior deve ser ressaltado.

Vivi eu alguns dramas, quando por exemplo, recebi aqui em Curitiba, comitivas de Quitandinha, de Tijucas do Sul, de Piên com pais, mães e alunos que não tinham como se deslocar para uma escola.

E quantas e quantas vezes, eu bati às portas da Secretaria da Educação, da FUNDEPAR, do Governador do Estado, para pedir ônibus, pedir kombis, solicitar escolas, se possível, no local onde aquela gente habitava, e eu posso dimensionar, porque felizmente muitas escolas foram feitas na área rural, felizmente quantos cursos de segundo grau nós conseguimos levar para esta região pobre do Paraná, livrando crianças, e às vezes adultos, da escuridão cultural, tão nociva para os agravamentos dos problemas brasileiros.

Então eu cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento e estimo, que o Governo de hoje continue o programa

de assistência permanente àqueles que não de encontrar no caminho da educação o caminho da sua redenção!

Muito obrigado.

O SR. IVAN GUBERT — Eu agradeço o aparte do Deputado Airton Cordeiro, e o seu testemunho, realmente, ratifica aquilo que eu expus no meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Eu ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, e quero louvá-lo por trazer aqui em plenário, um assunto de alta relevância como é o problema educacional, e neste contexto abrangente da educação em nosso Estado, especificamente, o assunto das escolas consolidadas.

Quero lembrar a Vossa Excelência e ao Plenário, e Vossa Excelência deve entender esta minha observação, não estou lembrado se Vossa Excelência compareceu à reunião da Comissão de Educação, se compareceu é evidente que esta observação não cabe a Vossa Excelência. Eu queria lembrar que a Comissão de Educação, que tenho a honra de presidir nesta Casa, num de seus primeiros temas para debate, nessa mesma Comissão foi justamente, o problema das escolas consolidadas, de grande valor para os municípios do interior, e que foram, essas escolas, sacrificadas intensamente pelo fato de nós termos vivido, no Paraná e no Brasil, o fenômeno da evasão escolar que veio, naturalmente, modificar todo o contingente dos usuários desse tipo de escola. Vossa Excelência deve estar lembrado, já que compareceu à reunião da Comissão de Educação, que críticas ao sistema foram feitas pelos técnicos da FUNDEPAR que na Comissão de Educação compareceram a nosso convite, nosso, da Comissão de Educação. Não foram críticas pela crítica como Vossa Excelência muito bem disse. É que todo processo, digo, é que todos os aspectos do processo educacional paranaense e brasileiro merecem críticas. Não há nenhum setor do processo educacional que não mereçam das pessoas de bom senso, críticas. Por maior esforço que cada parlamentar, que cada homem do Governo possa ter feito, o processo educacional paranaense e brasileiro, é daqueles que merece a maior atenção de todos nós para corrigirmos distorções gritantes que existem, e isso não faz exceção à escola consolidada.

Não ouvi todo seu pronunciamento. Espero tê-lo, evidentemente, para, analisando-o, voltar a debater com Vossa Excelência, inclusive para trazer todos os programas que o Governo atual pretende estabelecer nessa área para que, nesta Casa, possamos debater esse assunto da educação, que é, como disse muito bem o Deputado Airton Cordeiro, o assunto de maior relevância na atual realidade para corrigir todas as distorções dessa realidade brasileira.

Em todo caso, parabênzo Vossa Excelência em trazer a plenário esse assunto e me comprometo, com Vossa Excelência e com a Casa, analisar esse problema em oportunidade devida.

O SR. IVAN GUBERT — Eu agradeço sua participação, Sr.

Deputado, Presidente da Comissão de Educação, e só gostaria de responder que, quando disse “crítica pela crítica”, eu me referi, especificamente, ao pronunciamento da Senhora Secretária de Educação quando aqui esteve, que ela afirmava textualmente: estamos preocupados com a melhoria da qualidade de ensino quando redimensionamos projetos que construíram escolas. Que construíram escolas, é verdade, sem porém consulta à comunidade, chamadas escolas consolidadas. Quanto a isto eu demonstrei como elas foram feitas. Onde se criou uma rede de eletricidade, sem energia. A tese da Professora Yara Lacerda demonstra, nas escolas que ela visitou, que existia eletricidade. Onde se criou uma rede hidráulica sem água. Também existe. E onde se doou microônibus sem estradas para que esses ônibus se movimentassem. O que também ficou demonstrado, no próprio comparecimento dos técnicos da Secretaria de Edu-

cação, quando eles, na Comissão de Educação, afirmavam que todas as escolas tinham ônibus e rodavam, o que contradiz as afirmações da própria Secretária de Estado da Educação. E as escolas que foram visitadas pela Professora Yara Pereira de Lacerda, todas elas, encontravam-se com os ônibus e kombis rodando normalmente.

Quando eu falei na “crítica pela crítica”, eu me referi, exatamente, a esse tópico do pronunciamento da Senhora Secretária de Estado da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. Falará o Deputado Airton Cordeiro, por vinte minutos, e o Deputado Gilberto Carvalho, por dez minutos.

Com a palavra o Deputado Airton Cordeiro, por vinte minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero me referir, neste pronunciamento, acerca do afastamento do Sr. Presidente da República, de suas funções, conforme autorização concedida, ontem, pela Câmara Federal, hoje, pelo Senado da República.

Mas gostaria, antes, de prestar alguns esclarecimentos rápidos em respeito ao que disseram da tribuna os Deputados Ervin Bonkoski e Antônio Anibelli, sobre os pedidos de informações que formulamos, e que submetemos à apreciação desta Casa. Em primeiro lugar, esclareço que não coloquei em dúvida, em momento algum, quanto ao atendimento que o Prefeito de Rio Negro ofereceu aos flagelados do município, por ocasião das enchentes. Aliás, eu me desloquei de Curitiba e com o Prefeito, num carro anfíbio do 5.º RCC, de Rio Negro, visitei os flagelados andando na água, e eu sei o que Sua Excelência fez. Não há dúvida quanto a isso. Como também não há dúvida quanto à honorabilidade, a honradez, a dignidade ou o estado de riqueza interior do Prefeito Municipal de Rio Negro.

Também não fiz nenhuma alusão a nenhum desses aspectos, porque conheço Sua Excelência, como, da mesma forma, conheço profundamente o ex-Prefeito José Miller, e não posso admitir que se levante qualquer suspeita quanto ao ex-Prefeito, porque fez uma opção partidária no momento em que os partidos políticos foram extintos. E esta Casa mesmo sabe, e há de reconhecer que a dinâmica partidária brasileira permitiu essa nova opção.

Sobre vantagens que teriam levado o Prefeito José Miller, eu devo dizer que ele as levou, e muitas, mas não pessoalmente, mas para o município, porque nunca o Município de Rio Negro recebeu tanto quanto recebeu na gestão do ex-Governador Ney Braga.

Quem quiser saber é só pesquisar o município; é só palmar Rio Negro e poder sentir o que é que significa a transformação administrativa que aquele município recebeu na última gestão.

Então, eu repito todas as insinuações quanto a esse tipo de comportamento, da mesma forma como esclareço, definitivamente, que não coloquei qualquer dúvida quanto ao estado pessoal de riqueza do atual Prefeito, que sei ser uma pessoa bem-intencionada.

E as informações que eu peço, vão, inclusive, nos esclarecer, se pode ou não pode entrar ônibus no terminal rodoviário de Rio Negro. Acho que na Secretaria dos Transportes há de peritos suficientemente capazes para informar à Casa, se pode ou não. Eu sei que pode.

Agora, claro, vamos aguardar os esclarecimentos da Secretaria dos Transportes.

Esta é a razão do nosso pedido de informações, que não tem a intenção de criar polêmicas, e apenas salvaguardar os interesses daquela população.

Os jornais de hoje estampam uma declaração do Ministro da Aeronáutica, que me parece extremamente importante, e que eu faço questão de colocar nos Anais desta Casa, ao me pronunciar, neste momento: "CANHÃO NÃO É CANETA. MILITAR NÃO É FISCAL".

Acho extremamente importante o que disse o Ministro Délio Jardim de Matos, especialmente numa hora em que alguns brasileiros, nem todos, ainda têm dúvida do processo de redemocratização deste País.

Alguns que, talvez até gostassem que houvesse um retrocesso no quadro institucional nacional; outros, porque céticos por natureza, talvez estejam a imaginar que nós não vivemos, ainda, uma realidade que nos permita entender que este País respira, hoje, um clima de democracia: os Parlamentos abertos os Governadores eleitos e empossados, no pleno exercício de suas atribuições, as Casas Legislativas funcionando como esta funciona, o povo tendo liberdade de opinar, seja através dos órgãos de representação classista, como a Ordem dos Advogados do Brasil, seja como através da CNBB, através de lideranças sindicais, de lideranças isoladas da comunidade, através até mesmo, daqueles que procuraram embutir na sua personalidade, nestes últimos anos, um receio, o temor de falar e de dizer claramente aquilo que pensavam.

Quando o Presidente da República solicita autorização ao Congresso Nacional, para se afastar durante o mês de julho, e o tempo que se fizer necessário, nós nos mantemos absolutamente tranquilos, porque Sua Excelência seguiu o caminho da Constituição brasileira.

Ao mesmo tempo em que Sua Excelência entende por implícito que há de assumir e conduzir esta Nação, o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves. Como, da mesma forma, ao recorrer ao Congresso Nacional, um dia antes do recesso parlamentar, o Presidente da República demonstra cabalmente à Nação que ele quer, na verdade, que este clima de democracia que nós vivemos, seja uma constante e o exemplo ele dá, agora, porque se pensasse de outra forma, esperaria o recesso para, numa emergência, buscar a sua saída deste País e deixar, aí sim, a Nação brasileira, numa dúvida terrível. Não é esse, no entanto, o pensamento do Presidente João Figueiredo. Disse muito bem, recentemente, o Governador do Rio de Janeiro, o Sr. Leonel Brizola, quando, falando sobre a credibilidade do Presidente da República, mencionou que, a sua presença no Governo do Estado do Rio significava o reconhecimento público e vivo de que, é possível e que se deve acreditar no Presidente Figueiredo. O processo democrático está em andamento, basta que todas as forças do Brasil, ativas, da sociedade brasileira, forças políticas principalmente, contribuam da forma mais eficaz possível para que aqui nós tenhamos uma democracia verdadeira, real, implantada definitivamente sem nenhum adjetivo, que assegure a liberdade a todos, que assegure a todos, o direito de falar, a todos, o direito de manifestar as suas convicções e inclusive, uma democracia que assegure àqueles que, partilhando de outra ideologia, querem estabelecer uma convivência com o regime democrático que interessa ao nosso povo.

Assim, nós não temos mais porque duvidar, porque ousar, porque não acreditar na sinceridade do Presidente, e porque imaginar que, o mês de julho há de ser turbulento para o povo deste País, simplesmente porque Sua Excelência, dentro dos preceitos constitucionais, para salvaguardar e preservar a sua saúde, deixa o País para ir ao exterior, entregando, constitucionalmente, o Brasil, nas mãos do Vice-Presidente, Aureliano Chaves.

Creio importante fazer este pronunciamento, como Parlamentar do PDS mas, sobretudo, como homem, como cidadão deste País, que precisa urgentemente reencontrar-se com a plena democracia. Esta é a profissão de fé que fazemos, desde o primeiro momento em que nos lançamos à vida pública, em que postulamos o voto popular, porque, aquele que é batizado

pelo voto popular, sabe perfeitamente qual é o grau de importância que tem a liberdade, e qual é o grau de importância que tem a democracia para um povo viver saudavelmente e para um povo viver dentro de um clima e de uma atmosfera de plena paz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Airton Cordeiro, nós, ontem, usamos a tribuna e na ocasião manifestamos, e os jornais estampam hoje, que, o momento histórico que nós vivemos é extremamente grave, delicado, importante. A gente sente no próprio ar; o ar está pesado. E a imprensa internacional já de três meses para cá vem afirmando que o Brasil vive uma pré-convulsão social. Os brasileiros não têm acesso a esse tipo de informação porque a grande imprensa brasileira sofre um cerceamento econômico. O brasileiro não sabe o que está acontecendo por detrás dos bastidores, lendo a grande imprensa ou assistindo às redes de televisão, com raríssimas exceções. É um momento de cautela, de equilíbrio e de ponderação, principalmente da classe política. Nós sabemos das divergências profundas entre Aureliano Chaves e Delfim Neto, e, por extensão, Langoni e Galveas. Como eu disse ontem, Delfim, Galveas e Langoni, Deus fez, o vento espalhou, e o diabo juntou!

O noticiário de televisão, ontem, para lhe ser muito sincero, Deputado Airton Cordeiro, assustou-me. A rede Bandeirantes, o Jornal Bandeirantes das 20:30 horas utilizou os vinte e cinco minutos para entrevistas, comentários e análises sobre o afastamento do Presidente, e fez um histórico do Presidente Figueiredo, das suas atividades, dos seus internamentos em Cleveland, e chegou a assustar muita gente.

O próprio Governador do Rio Grande do Sul vive afirmando que o País vive uma paz social, que tudo está dentro da normalidade. O Governador da Bahia, a mesma coisa, numa insistência de que está tudo bem. O Presidente viajou contrariado. Na verdade o Presidente Figueiredo não queria fazer o exame nos Estados Unidos. Ele foi forçado pelos três Ministros Militares. E é muito sintomático que, há dois meses atrás ele devia fazer esse exame, e o pedido entrou ontem véspera do recesso no Congresso Nacional.

A gente vê a ameaça na América do Sul e Central aos regimes militares, ditatoriais. Isso preocupa o FMI, que detém a política econômica no Brasil. Preocupa o Presidente Reagan, que detém a tutela política do País, do Brasil. Nós sabemos que o Presidente Figueiredo é o avalista desta pseudabertura. Mas, ruim com ele, pior sem ele.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E o que é que falta para ser abertura?

O Sr. Fiori Luiz — Não existe abertura, a Lei de Segurança Nacional está aí, a censura está aí. A eleição direta para Presidente, todos os níveis, segurança nacional e tal. Os próximos dias, é uma realidade e nós temos que sentar em cima da realidade que está aí. Os dias serão decisivos: julho e agosto. Daí que precisamos de maturidade porque os fatos estão aí. Nós analisamos os fatos. Agora, acreditamos no Presidente Figueiredo como Vossa Excelência acredita. O que eu não acredito são nos interesses escusos do FMI, dos interesses econômicos estrangeiros, nos interesses políticos do Presidente Reagan, a nível de América Latina que nós sabemos, e que ele só não endurece e não fortalece as ditaduras militares da América, porque o Congresso Americano não deixa.

Então serão dias difíceis, momento histórico gravíssimo neste País. A coisa está mal passada, nobre Deputado, e precisamos, nós da classe política, ter maturidade, ter ponderação e ter equilíbrio nesses próximos sessenta dias.

Era isso, obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu concordo com Vossa Excelência quando fala da gravidade que aliás todos nós sentimos e reconhecemos nos nossos atos, na nossa rotina diária, mas

devo fazer alguns reparos: em primeiro lugar, me parece subjetivo da parte de Vossa Excelência, afirmar que o Presidente da República foi forçado a fazer esse tipo de exame. Eu até diria e poderia admitir que Sua Excelência foi induzido por uma necessidade de preservar a sua saúde. Como se Vossa Excelência for um dia, tomara que isso não aconteça, acometido de um mal súbito, os seus amigos não de querer que Vossa Excelência tenha o melhor tratamento possível.

O Sr. Fiori Luiz — Certo. O Presidente João Figueiredo sabe que está doente e precisa de um exame.

O problema é que ele não sabe se ao voltar vai encontrar a cadeira. É isso só.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E eu acredito que neste particular, quando Vossa Excelência faz esta afirmação, Vossa Excelência como um Deputado eleito pelo povo, presta um serviço à democracia e presta um desserviço a um equilíbrio institucional, que se quer para o Brasil, porque nós devemos ser os primeiros a professar esta fé e esta esperança, na consolidação da democracia brasileira. Por quê? Porque Vossa Excelência como eu e como todos nós que estamos aqui, estamos hoje empenhados numa missão, numa tarefa muito maior. Então, nós não podemos semear este tipo de dúvida que me parece extremamente ruim.

O Sr. Fiori Luiz — Mas não sou eu quem está semeando. São declarações dos próprios governadores do PDS. Não sou eu. Eu apenas analiso. Acompanho e me atualizo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência, inclusive, joga com palavras, porque quando menciona os depoimentos dos governadores do PDS, e eu os acompanhei a todos ontem, como Vossa Excelência. No entanto Vossa Excelência omite, deliberadamente ou não, um depoimento como o do Governador Franco Montoro, de São Paulo; o depoimento como o de Tancredo Neves, de Minas Gerais; o depoimento de homens que representam um contingente enorme de preferência popular neste País, que são homens da Oposição e que estão preocupados em ver cristalizados o processo de redemocratização no País.

Por outro lado, a pré-convulsão social também depende, além dos fatores concretos que nós conhecemos, muito, do estado psicológico que se crie para que exista esta convulsão social.

Eu acredito que Vossa Excelência, neste momento, tem maior responsabilidade do que eu, porque Vossa Excelência é Governo no Paraná. Eu acredito que a ação decisiva dos políticos há de evitar que esta convulsão social seja uma realidade, porque não nos interessa, pode interessar aos anarquistas, pode interessar aos radicais de esquerda ou de direita. Agora como nós não nos filiamos a nenhuma dessas correntes, nós queremos o quê? Nós queremos paz, nós queremos segurança, nós queremos que o povo brasileiro tenha um meio, um caminho para sobreviver, para subsistir decentemente dentro da democracia, que é o regime que nos interessa.

Por outro lado, divergências entre o Sr. Aureliano Chaves e ministros da área econômica, isso é comum. Se dependesse de mim, Delfim Neto, já não seria mais Ministro do Planejamento há muito tempo; Galveas teria que ser demitido no momento em que desviou o avião para que ele parasse em Brasília, e assim sucessivamente, porque o engodo também não me serve. Agora, deve juntar ao que já afirmei que o Sr. Aureliano Chaves é um homem, em primeiro lugar, de uma profunda formação política; em segundo lugar, de uma lealdade que ele já comprovou possuir, ao Presidente da República, e é patriota; homem que sabe o que convém ao País, e que não vai colocar, por um problema, por uma desavença pessoal sua com qualquer ministro, em risco a estabilidade social deste País; e em terceiro lugar, porque nós acreditamos que este também é um momento de render homenagem a alguém que, saído da

classe política, pode ocupar a primeira magistratura brasileira, como o Sr. Aureliano Chaves.

E como nós queremos que o próximo Presidente da República seja um civil como ele, seja um homem com voto popular como ele, é aconselhável que a classe política, neste momento, se associe até por solidariedade, não só ao Presidente que sai para tratar de sua saúde, mas com o Presidente que assume para resguardar as instituições do nosso País.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado, permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Airtton Cordeiro, a situação é normalíssima. A situação é puramente normal. Não existe nada de "fantástico" nesta ausência do Presidente João Figueiredo. Motivos imperiosos, em que o líder afasta-se e retorna. E é o que nós, brasileiros bem intencionados, queremos, porque ele, inegavelmente, se constitui atualmente num homem que prega democracia, e está efetivamente fazendo que ela retorne ao nosso País.

É importante o retorno dele. Ontem, Vossa Excelência deve ter lido nos jornais, que todos os líderes das Oposições em Brasília enalteceram o Presidente Figueiredo e disseram da preocupação para que ele retorne o quanto antes, desde que a situação seja restabelecida. E não entendo porque a preocupação, inclusive, do eminente Deputado, meu particular amigo que tem uma preocupação, na minha opinião, inexistente, uma preocupação de que quando o Presidente retornar de Cleveland, onde ele vai fazer os exames de saúde, que a cadeira não esteja a sua disposição. A sequência normal: assume o Vice-Presidente.

Ontem, Vossa Excelência disse muito bem da irritabilidade do Délio Jardim de Matos, quando perguntaram ao Ministro da Aeronáutica se era verdade que uma "junta militar" iria governar o País na ausência do Presidente Figueiredo. Ele irritou-se e respondeu, fazendo a comparação da caneta, que também o militar não era fiscal de quartirão.

Eu acho que os que pregam esta preocupação são, não quero me referir ao Deputado, são maus brasileiros. Tenho certeza que o Deputado não se referiu com essa intenção; não abordou o problema. não o aparteu com essa preocupação. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado, concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado, eu estou satisfeito com o meu aparte. Quero apenas dizer que Vossa Excelência foi muito feliz na condução do problema, pregando a concórdia e evitando que "aves de mau agouro" possam fazer com que o seu pensamento prolifere e persista no Brasil.

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte do Deputado Nelson Buffara...

O Sr. Fiori Luiz — Trinta segundos, Deputado Airtton Cordeiro, por favor. Eu não estou pregando... estou me referindo...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Só um instante, Deputado. Eu quero desejar ao Presidente da Casa, Deputado Trajano Bastos, uma sugestão ou uma proposta no sentido de que Sua Excelência especifique um telex, em nome desta Casa, desejando ao Presidente Figueiredo uma viagem feliz, e sobretudo uma boa viagem no que toca a sua saúde e manifestando a confiança que este Poder deposita em suas mãos, em sua cabeça, em sua capacidade para poder administrar a democracia que o Brasil precisa e, que nós temos a obrigação de defender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao ilustre Deputado que atende a sugestão de Vossa Excelência. Esta Presidência quer comunicar ao Plenário que se encontram presentes no Palácio 19 de Dezembro o Excelentíssimo Sr. Oto B. Costa, Chefe da Casa Civil do Governo; repre-

sentante de Sua Excelência o Senhor Governador José Richa; o Excelentíssimo Senhor Eneas Faria, Senador da República; o Excelentíssimo Senhor Josaphá Porto Lona Cleto, Procurador Geral da Justiça; o Excelentíssimo Senhor Doutor Osman Caldas, Corregedor Geral do Ministério Público; o Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Delazare, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Justiça, representante de Sua Excelência o Sr. Horácio Ravanello Filho, Secretário de Estado da Justiça; o Sr. Ronaldo Antônio Botelho, Presidente da Associação do Ministério Público; Excelentíssimo Senhor e aproveito a oportunidade também para registrar as presenças, em Plenário, de Sua Excelência, o Senhor Prefeito Gilberto Aita, da Cidade Gaúcha. Registra, com satisfação também a presença do Sr. Deputado Estadual de Santa Catarina, Amílcar Gazaniga.

A Presidência designa uma comissão composta pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Roberto Requião, Tércio Albuquerque e Gilberto Carvalho, para que acompanhem os nossos visitantes, para que tomem assento à Mesa Diretora dos trabalhos de hoje.

Suspendo a sessão por alguns instantes, até que Suas Excelências tomem seus lugares.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão.

A Mesa anuncia, com satisfação, a sua composição. Excelentíssimo Senhor Dr. Otto Bracarense Costa, Chefe da Casa Civil do Governo, representante de Sua Excelência o Senhor Governador José Richa; Excelentíssimo Senhor Eneas Faria, Senador da República; Excelentíssimo Senhor Josaphá B. Anacleto, Procurador Geral da Justiça; Excelentíssimo Senhor Osman Caldas, Corregedor Geral do Ministério Público; Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Dallazani, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Justiça, representante de Sua Excelência o Senhor Horácio Raccanello Filho, Secretário de Estado da Justiça; Excelentíssimo Senhor Ronaldo Antônio Botelho, Presidente da Associação do Ministério Público; Excelentíssimo Senhor Deputado Gernote Kirinus, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Francisco Escorsin, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Esta Presidência comunica que se encontra sobre a mesa os autógrafos às Emendas da Constituição do Estado do Paraná números 15 e 16, nas quais, para efeito de promulgação, aporemos a assinatura da Presidência da Casa.

Tenho a honra de convidar os Srs. Deputados, Primeiro e Segundo Secretários, também para efeito de promulgação, a aporem suas assinaturas aos autógrafos anunciados.

Esta Presidência anuncia também o autógrafo do projeto de lei que autoriza o aumento do funcionalismo público do Paraná. E aproveita a oportunidade para entregar em mãos de Sua Excelência o Senhor Doutor Otto Bracarense Costa, o Autógrafo da referida lei.

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Carvalho, da Barrada do Partido Democrático Social, nesta Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, inesperada esta sessão, que começou como uma sessão normal e transforma-se numa Sessão Solene. Neste momento julgo oportuno cumprimentar o Ministério Público, pela conquista de sua luta de muitos anos, através do seu Presidente, Dr. Ronaldo e toda a sua equipe, que tanto lutou e reivindicou, e hoje vê coroado de êxito este trabalho com a promulgação da lei, neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste instante, depois dos pronunciamentos feitos pela eminente Deputada Amélia Hruschka. Esta Deputada, por quem eu tenho o máximo respeito, pela sua dedicação à causa pública,

foi Vereadora no Município de Campo Mourão e sempre lutou no campo social. Nós que acompanhamos a sua vida pública, hoje temos a satisfação de tê-la nesta Casa, como nossa colega, Deputada eleita pela primeira vez, da região de Campo Mourão. Ela, há poucos instantes, ocupava a tribuna para fazer a defesa do Prefeito de Barbosa Ferraz, que há poucos dias eu criticava desta tribuna.

A nobre Deputada cumpre a sua missão, como uma Deputada que também disputou naquele município, vem justificar aquele homem público que administrava o Município de Barbosa Ferraz.

Mas, a minha crítica, nobre Deputada, foi pela maneira como se iniciou aquela administração. Quando eu disse mordomia, porque o prefeito que reclamava, fazia isso pelas dificuldades financeiras porque passa o município. Falando em dívidas anteriores, promovia há poucos dias, um "show" em praça pública, no "Dia do Freguês". Não chamei o prefeito de desonesto. Só criticava com referência a esse "show" e às perseguições a humildes pessoas. Eu disse desta tribuna, que reconhecia a substituição dos cargos em comissão, os cargos de confiança, mas não era justo que se ameaçassem funcionários humildes, serventes e auxiliares do Posto de Saúde.

Com referência aos débitos da administração anterior, justifica-se, porque o Município de Barbosa Ferraz, antes era considerado um pequeno lugarejo; tudo estava para fazer e por sinal é muito fácil comparar as duas administrações do atual Prefeito e todas as administrações até hoje, e a administração do ex-Prefeito, que todas somadas juntas, não alcançam a administração do Prefeito Odílio Bobinotti. Logo, nos seus primeiros dias de administração, a sua grande preocupação, era o serviço de abastecimento de água da cidade de Barbosa Ferraz. Porque a cidade não poderia se desenvolver por falta de água. Sanado este problema, a entrada da cidade, que tinha um rio e um lamaçal, logo na sua entrada, que também impedia o seu desenvolvimento, e não tinha um bom aspecto a cidade de Barbosa Ferraz.

Hoje quem vai a Barbosa Ferraz, encontra uma Comarca com as suas ruas pavimentadas, arborizadas; a sede municipal que é digna de receber uma administração, que tem a responsabilidade de dirigir os destinos daquele pujante município de Barbosa Ferraz.

Tem Barbosa Ferraz, hoje, um atendimento em todos os seus distritos; a recuperação de todas as escolas; mais de mil bueiros construídos nesta administração passada; pontes, por sinal nestas enchentes, tanta calamidade, e o município de Barbosa Ferraz que tem o rio Ivaí, o rio Corumbataí e o rio Lontra, não teve uma ponte danificada, porque ali foi feito um serviço dos mais perfeitos na administração passada. Não rodou uma ponte sequer e é por isso que nós justificamos o débito da administração passada. Porque o Prefeito, eu acredito, que o bom administrador, é aquele que contrai empréstimo mas que executa obras, porque as obras realizadas ficam feitas e precisam ser pagas; Mas aquilo que não é feito, pode ficar sem fazer e por isto, nós cumprimentamos a administração passada, pelo grande trabalho lá realizado, e cabe ao Prefeito atual, que vem no terceiro mandato, pagar esses débitos, porque é um município pujante e que tem uma boa arrecadação para continuar a administração.

É justo que isso aconteça num município como Barbosa Ferraz, com quase quarenta mil habitantes, com cinco distritos que precisava receber o atendimento urgente; não era o Prefeito anterior agir como um tesoureiro, de receber e pagar contas, o bom administrador, é aquele que procura arrumar recursos e aplicar em favor da comunidade, e isto foi feito no Município de Barbosa Ferraz, colocando-o hoje entre os municípios que despontam na região do Vale do Ivaí.

Era essa a justificativa e as minhas escusas à nobre Deputada Amélia Hruschka, a quem tanto eu considero, pelo seu

trabalho e a sua dedicação à causa pública. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Autoridades presentes, já anteriormente nominadas, Senhora e Senhores Deputados. (Lê):

“É motivo de júbilo para nós, proclamarmos hoje, a vitalidade do Poder Legislativo, ao se revestir da majestade de Poder Constituinte, para emendar a Constituição do Estado do Paraná.

As Emendas que hoje promulgamos, em nossa função de Presidente desta Casa de Leis, decorrem de imperativos da dinâmica política.

A primeira delas ajusta a Carta Magna do Paraná, aos padrões liberalizantes da Emenda nº 22, de 29 de junho de 1982, à Constituição Federal. Por ela são ampliadas as prerrogativas dos membros do Poder Legislativo, que retoma também algumas das funções e iniciativas políticas de que fora despossado pelo arbítrio anterior.

Reflete, sem dúvida, a marcha de redemocratização que o Brasil vive, à qual prestamos nossas homenagens.

A segunda Emenda, de nº 16, dá foro constitucional ao Ministério Público Estadual.

Essa instituição passa a ter asseguradas para seus membros, no interesse geral da sociedade, várias garantias fundamentais, destacando-se entre elas a inamovibilidade, à irredutibilidade de vencimentos e a promoção obrigatória nos casos e situações que a Lei Orgânica própria determinar.

Ao propor a presente emenda, o Poder Executivo Estadual mostrou-se atento à dimensão de importância para a sociedade de que se reveste a instituição do Ministério Público.

E ao aprová-la, a Assembléia Legislativa homologa esta visão democrática do órgão promotor do interesse social, muita vez operando contra injustiças e ilegalidades, praticadas por ocupantes de altos cargos da administração pública, ou por figuras de destaque na ordem civil.

Por reconhecer aos integrantes do Ministério Público a função primordial da defesa da ordem jurídica, sem atentar para a eventual posição social de quem a tenha transgredido, é que o povo do Paraná, por intermédio desta Assembléia Legislativa, promulga a Emenda Constitucional nº 16, expressão maior do Estado de direito a que todos aspiramos.”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em seguida, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB nesta Assembléia.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados e digníssimas autoridades presentes. (Lê):

“O Promotor Público não recebe ordens do Governo nem presta obediência aos Juízes, pois age em nome da sociedade, da lei e da justiça.” (Prudente Moraes Filho).

O Poder Legislativo do Paraná, num ato de soberania, promulga uma mudança constitucional. Muda-se a lei fundamental do Estado para que instrumente-se, com garantias também constitucionais, a função dos próprios fiscais desta lei.

“É a Justiça a grande harmonizadora das forças sociais a colocar; dentro dos seus limites, cada um dos poderes que disputam a direção e o domínio da atividade humana. O Corregedor dos respectivos abusos, o limitador, para a defesa da personalidade humana, de todos os excessos partam donde partirem, venham donde vierem, do Estado ou de qualquer de seus órgãos ou poderes, de indivíduos grupos, classes ou partidos” (Haroldo Valadão).

Porém, haverá JUSTIÇA se houver um Ministério Público livre e instrumentado, para exercer a sua função fundamental

de fiscal da lei, VENDENDO NELA E SÓ NELA a verdadeira soberania.

Em nome da Bancada Peemedebista, registramos, para a História do Paraná, o entendimento e consciência da nossa participação, neste e nos demais eventos, que representem mudanças legislativas e institucionais.

Defendemos o democrático princípio de que a autoridade e a soberania nacional, não fiquem concentradas numa única instituição ou indivíduo, mas, dispersa no organismo social, de tal modo que a lei seja a fonte e o princípio da autoridade para as ações humanas e também para a proibição e repressão do comportamento humano, quando se mostrar anti-social.

Defendemos as novas e modernas concepções de vida e em função deste entendimento, ousamos introduzir as mudanças. Achamos que:

“O Parlamento é uma única ASSEMBLÉIA deliberativa de uma única nação com um único interesse, o de toda a comunidade — onde não se deve guiar pelos objetivos e preconceitos locais, mas pelo bem geral, resultante da razão geral do todo” (Burke na Teoria do Old Whig)

Defendemos pois a mudança.

A luta entre o novo e o velho é histórica.

Os que não tiverem coragem de mudar serão o que sempre são.

Para eles, os conservadores, o que é sempre será: “é ou deve ser divinamente sancionado; tentar mudar a ordem permanente e inalterável do universo e da sociedade, é não apenas uma blasfêmia, mas também impossível. A mudança é ausente ou imperceptível na sociedade tradicional, porque os homens não podem conceber a sua existência.

É fundamental que os homens e o povo tenha consciência da sua força para mudar o estabelecido, quer para controlar a natureza, mas principalmente para reordenar a sociedade, a fim de que mais facilmente o homem e a humanidade encontrem os seus objetivos. Temos claro o entendimento da capacidade humana para mudar o ambiente social e não aceitamos a fatalidade nem o destino de ser um povo e uma Nação amordaçada e oprimida.

Por isto é que defendemos o princípio da soberania popular, eis que só um governo direto e legitimamente eleito pelo Povo, tem a autoridade política para a promoção de mudanças fundamentais que resguardam e protegem o interesse coletivo, não o de pessoas ou grupos.

Cumprimentamos pois o Ministério Público do Paraná e formulamos votos de que pela sua atuação, tenhamos uma justiça mais justa, rápida e efetiva. Que saibam os seus integrantes, com as garantias que agora a Constituição lhes assegura, serem os verdadeiros intérpretes do direito e do sentimento do nosso povo. Que os humildes, os pobres, os fracos e marginalizados tenham acesso à justiça, eis que forçoso é reconhecer são eles hoje, senão a maioria, uma expressiva parcela da nossa população.

O Governo do Estado do Paraná, por sua vez, também espera a contribuição do seu Ministério Público. Que ela se apresente sem subserviência, mas destemida; sem rancor, mas pacifista; sem vaidade, mas humilde. Enfim que sejam os Promotores Públicos do Paraná, a verdadeira inteligência a serviço do bem comum, porque como elite social, maior e redobrada, como a nós Parlamentares, é a responsabilidade da hora presente.”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Airtton Cordeiro, que falará em nome da liderança do Partido Democrático Social.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Senador Enéas Faria, autoridades que nos honram com a sua presença, Srs. Promotores.

Tomado duplamente de surpresa, estou na tribuna neste momento, para render a homenagem do Partido Democrático Social, ao Ministério Público do Paraná e ao povo deste Estado, pelo muito que vai usufruir da emenda constitucional, que acaba de ser promulgada.

A dupla surpresa é, em primeiro lugar, quanto ao Ato de Promulgação, neste momento, que merece sem dúvida o nosso elogio ao Presidente, mas que não deixa de configurar uma surpresa.

E a segunda, é pelo fato de receber a incumbência da liderança do meu Partido, para saudar os presentes, neste instante, sobretudo a promulgação de uma Emenda Constitucional, e entendo oportuno que o faça basicamente dentro do enfoque, que já tivemos a oportunidade de dar desta tribuna, quando votávamos em primeira discussão, a emenda que tem por objetivo adaptar a Carta Estadual à Carta Maior, e consequentemente assegurar direitos aos Promotores Públicos.

E acho oportuno destacar, com maior ênfase, que mesmo minoritário hoje nesta Casa, o PDS tem um papel relevante, sem dúvida, a exercer, não só na votação de uma emenda constitucional, que requer o voto de dois terços dos Srs. Parlamentares; voto de dois terços, que só é possível com a participação dos Deputados do nosso Partido; mas como também pela compreensão que temos de que o papel da oposição não pode se restringir, pura e simplesmente, ao ato de criticar. O ato de criticar que se perde no vazio quando repetido reiteradamente, sem base e sem fundamento. Nós temos consciência de que todas as matérias que vierem para deliberação plenária, nesta Casa, seja de origem do Poder Executivo, sejam de iniciativa dos Srs. Deputados, não de merecer sempre do Partido Democrático Social, minoritário na Assembléia Legislativa, a compreensão de que ao Parlamento compete e incumbe, crescentemente, o seu direito de legislar; e desse direito não podemos abrir mão sob pena de decretarmos a falência prática, senão institucional, do Poder Legislativo.

Então, neste momento, ao cumprimentar os Srs. Promotores de Justiça que exercem neste Paraná inteiro, nos grandes e pequenos municípios, no conforto da vida urbana e na sofreguidão do município distante, um papel importante para o equilíbrio social, eu quero dizer em nome dos meus companheiros de Partido, que estamos felizes pela altivez com que o PDS se houve na votação desta matéria, e com toda convicção pela altivez que há de timbrar todas as ações do nosso Partido, nesta Casa.

Acima de nós, de parabéns está a sociedade paranaense. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência declara promulgadas as Emendas de n.ºs 15 e 16, inseridas na nossa Carta Constitucional, e solicita ao Departamento Legislativo que proceda as suas publicações no órgão oficial competente, para que as mesmas produzam os seus efeitos legais.

A Presidência solicita da Comissão anteriormente designada, para que acompanhem as autoridades presentes durante a sua permanência no Palácio 19 de Dezembro.

Suspendo a sessão por alguns momentos.

(É suspensa a sessão por alguns instantes).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão. Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA.

Esta Presidência tem a satisfação...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Horário da Liderança do PMDB não foi utilizado. Peço a Vossa Excelência que reconsidere, de vez que a solenidade foi feita durante o horário da liderança do PDS e, posteriormente, não foi ocupado o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita escusas à Liderança do PMDB e consulta se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado Roberto Requião inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra ao Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

No momento mesmo em que os Promotores Públicos, através da Emenda 15 e 16, encaminham, de forma segura e definitiva, as suas reivindicações, a liderança do PMDB quer se solidarizar com as demais entidades classistas, por ocasião do seu dia nacional de protesto contra a Lei 6.994. Eu solicito a transcrição, nos Anais da Casa, deste artigo da "Gazeta do Povo", que passarei a ler.

(Lê): "Entre as emendas tomadas na reunião dos Conselhos Regionais das entidades do Paraná, subscreveram manifesto por unanimidade, posicionando-se contrários à Lei 6.994, bem como ao decreto que concedeu a respectiva regulamentação, além de, durante todo o dia de hoje, estarem enviando telegramas a autoridades parlamentares a respeito do assunto.

De acordo com Nélcio Pereira da Silva, o ponto central da problemática resume-se na ingerência indevida do Ministério do Trabalho sobre as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, caracterizada pelos artigos 3.º e 4.º da respectiva lei, que veda a aplicação do produto de arrecadação das anuidades, taxas e emolumentos para o custeio de despesas que não sejam diretamente relacionadas com a fiscalização do exercício profissional, salvo autorização especial do Ministro do Trabalho, bem como prevê que ao final de cada exercício, as entidades recolham ao Ministério do Trabalho setenta por cento do saldo disponível naquela data.

Estas determinações, no entender das entidades, retiram toda a autonomia dos Conselhos Regionais e Federais, acarretando burocratização excessiva na administração interna das entidades, que poderão trazer sérias consequências ao melhor desempenho de sua função primordial no momento em que desde a simples aquisição do equipamento até a construção de uma sede própria, estará sujeita à autorização prévia do Ministro do Trabalho."

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria transmitir a Vossa Excelência que participei de uma reunião com representantes de dezesseis Conselhos Regionais, a questão de uns 15 dias atrás, e do resultado dessa reunião, nós tivemos a iniciativa de apresentar, nesta Casa, duas proposições, uma delas solicitando o empenho das duas bancadas do Paraná no Congresso Nacional, para encetar medidas junto aos órgãos competentes do Governo Federal, visando sustar a aplicação dos artigos 3.º e 4.º da lei que Vossa Excelência está comentando.

E por outro lado, nós tivemos oportunidade de apresentar a esta Casa, uma proposição, solicitando que a bancada do PMDB na Câmara Federal, apresentasse um projeto de lei, revogando os artigos 3.º e 4.º, e tivemos oportunidade, inclusive, de usar da tribuna, a questão de dois dias atrás, tratando desse mesmo assunto, e condenando, inclusive, a preocupação do Governo Federal em ser um elemento de sucção de recursos auferidos por essas entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

Transmito a Vossa Excelência essas providências que tomamos, ao mesmo tempo que congratulo-me com Vossa Excelência, por também estar tratando de um assunto que vem demonstrar o grande erro que o Governo Federal faz, em inter-

vir de maneira inconstitucional até, na vida de entidades desse caráter jurídico, como são os Conselhos Regionais.

Era só.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Muito obrigado. Além de trazer o pedido a esta Assembléia, que se solidariza com o "Dia Nacional de Protesto" das entidades classistas, quero trazer em nome da liderança, algumas outras informações: o líder do PDS Deputado Luiz Alberto Oliveira, reclamava, recentemente, a respeito dos critérios de distribuição dos recursos concedidos pela SUDESUL.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que o valor cedido ao Paraná, foi de trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros, muito menos do que a última verba liberada pela Presidência da República para que o rapaz curitibano Raul Boesel, pudesse correr nas pistas européias com o seu automóvel. Dá-se mais atenção a uma brincadeira automobilística nesta República, do que ao flagelo das enchentes no Estado do Paraná! (Lê):

"A propósito das alegações formuladas pela liderança do PDS na Assembléia Legislativa, segundo as quais o Governo do Estado teria discriminado municípios, favorecendo os governados pelo PMDB, a Secretaria do Planejamento — a quem coube coordenar o processo de participação dos recursos provenientes da SUDESUL — e a Secretaria dos Transportes, que realizou levantamentos "in loco" têm a esclarecer o seguinte, por intermédio desta liderança:

1 — A distribuição foi absolutamente proporcional aos danos comunicados pelas Prefeituras e aos custos de reparação e/ou reconstrução, cabendo a cada um exatamente o mesmo percentual;

2 — Os planos de aplicação em cada município, concedidos de acordo com o critério acima, foram submetidos à SUDESUL, a qual os achou plenamente conformes. A este respeito, aliás, o próprio superintendente da SUDESUL, Antônio Cândido da Silva Pires, no ato de assinatura do convênio de repasse das verbas, fez clara alusão à perfeita equidade da distribuição;

3 — Se a média de recursos que coube aos municípios do PMDB foi maior que a encontrada no caso daqueles governados pelo PDS, isto tem explicação simples e inofismável: os primeiros municípios são maiores que os demais, tendo sido infligidos por danos materiais igualmente de maior monta, já que suas bases infra-estruturais (pontes, principalmente) são quantitativamente mais numerosas e qualitativamente mais sofisticadas;

4 — A média favorável ao PMDB deve-se, também, ao fato de a maior parte do volume de perdas ter se verificado na região Sudoeste, (para ela foram carregados os maiores recursos) onde o PDS elegeu o prefeito de apenas um município, contra 27 do PMDB."

É o velho direito de espernear, de um Partido derrotado pelas urnas!

Fica aqui, o apelo: protestem! Não, contra o Governo do Richa, mas contra o Governo do Figueiredo que dá a uma aventura automobilística, mais recursos do que ao Paraná flagelado nas suas recentes inundações!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB, se continua com a palavra? Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação está humilhada, a cada dia que passa, com as negociações do Governo Federal e Ministros da área econômica com os banqueiros internacionais.

Recente artigo, de 15 de março de 1983, da revista Executive Intelligence Review, que tem circulação entre executivos dos Estados Unidos e Europa, fornece informações e

comentários sobre tópicos diversos da nossa política econômica.

"As centenas de homens (diz a revista) com caras torcidas, que se alinharam para assinar papéis em Nova Iorque a 25 de fevereiro, estavam muito bem vestidos para estarem em uma fila de desemprego. Eram representantes de 135 bancos, assinando acordos que proporcionaram ao Brasil, novos empréstimos de 4,4 bilhões de dólares, e de outros 400 bancos, concordando em estender por mais oito anos, os empréstimos com vencimentos em 83, cuja estimativa, segundo estimativa do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, envolve outros quase cinco bilhões de dólares. Em 28 de fevereiro, o espetáculo se transfere para Washington onde os Diretores do FMI aprovaram o programa de estabilização de três anos, do Brasil. O Brasil continua beirando a bancarrota; a situação de fluxos de fundo é tão débil, que o próprio Ministro da Fazenda Ernane Galveas levou quase meia hora para explicar, no Hotel Plaza, como o Brasil iria cobrir sua complexa pilha de dívidas, empréstimos, "over nights" e empréstimos-pontes, com as parcelas pingadas pelo FMI e outros Bancos.

A frágil pirâmide de dívidas, que sustenta a dívida de oitenta e oito bilhões de dólares pode ruir a qualquer momento. Ela está vulnerável a uma decisão política dos Bancos ou do Brasil e a incapacidade do País em exportar mensalmente quinhentos milhões além de suas importações.

O FMI não esconde a sua intenção de causar estragos ao Brasil, porque diante das quatro dívidas em que o Brasil está mergulhado, a dívida externa, a dívida interna, a dívida social e a dívida política, o Governo brasileiro faz força e carrega todas as suas forças para saldar as duas dívidas que tem como credores os grandes conglomerados internacionais e conglomerados nacionais em detrimento da população brasileira, da dívida social e da dívida política.

Nunca desde 1964 o setor capitalista esteve tão aborrecido com o Governo. Antônio Ermílio de Moraes, líder do grupo Votorantin, maior conglomerado industrial brasileiro e o principal alvo do capital multinacional, classificou a "maxi" de um ato de traição do Governo.

Para o FMI o Brasil ainda não abriu suficientemente as suas portas para os compradores estrangeiros.

Diz a revista: "O economista do FMI lamentou-se. Até agora, o Brasil não permitiu aos estrangeiros apropriarem-se suficientemente de suas indústrias".

O país é por demais nacionalista. Esse é um problema político, se eles desejam crescer a uma taxa de oito por cento ao ano e não conseguem gerar internamente os recursos necessários, terão então que permitir a entrada de investimentos estrangeiros. Eles terão que alterar as suas leis de investimentos estrangeiros. Eles terão que alterar as suas leis contrárias à aplicação direta de capital estrangeiro."

Diz o economista do FMI: "Eles têm que decidir se desejam de fato ser possuídos por estrangeiros". "O FMI — diz ele — está agora fazendo cumprir de maneira como pode, o que é, segundo o Artigo 29 da Carta de Intenção do Brasil ao FMI, o fim das restrições aos dividendos, pagamentos de "royalties" e remessas lucrativas ao exterior", quer dizer, para fora do Brasil, pelos investidores estrangeiros.

Acrescentou: "Nós veremos se o investidor estrangeiro tem confiança no Brasil".

Desta forma, Sr. Presidente, nós vemos como está sendo dado o tratamento ao Brasil pelos detentores do poder econômico. No acordo com o Banco Central, com o consórcio de Bancos, o Banco Central se compromete e se submete irrevogavelmente, só aquele contrato à jurisdição do fórum de Nova Iorque, em qualquer ação elaborada com este contrato, a arguição e jurisdição no Tribunal de Nova Iorque.

O Banco Central, cujo contrato foi feito com o FMI, abdica irrevogavelmente em toda a extensão da defesa perante

aquele forum. O Banco Central concorda que o julgamento é definitivo. Em qualquer processo o Banco Central abdica irrevogavelmente de imunidade efetiva em toda a extensão agora e no futuro. A medida que o garantidor concorda irrevogavelmente a não postular e nem a reclamar imunidade que esteja relacionada com as suas obrigações.

Os detentores da política econômica entregam a cabeça deste País na bandeja, quando colocam à jurisdição do forum estrangeiro qualquer decisão do contrato assinado. Não a alegação de soberania nacional e impenhorabilidade de bens."

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vemos que diante desta situação, a Nação brasileira, além de tomar conhecimento deste nível de negociação, tem que começar a mobilizar-se, para fazer com que este País restaure a sua dignidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência destacava, ainda há pouco, de que praticamente todos os setores sociais estão discordes da política econômica do Governo e vimos isso de maneira tão clara e evidente, na última oportunidade em que o Ministro Delfim Neto compareceu ao Congresso Nacional para, convocado à Câmara Federal, para dar explicações da condução, principalmente da estratégia para pagamento da dívida externa. E ali nós tivemos oportunidade de ver de que a oposição manteve a sua crítica, porque é efetivamente a oposição que vem discordando do atual modelo econômico há muito tempo.

Mas o que mais chamou a atenção foi exatamente os Deputados do PDS que, liderados por Artur Levy, verdadeiramente encurralaram o Ministro Delfim Neto e ficou muito evidente de que hoje praticamente é toda a Nação brasileira que não concorda com a condução deste modelo e a estratégia adotada pelo atual Governo na condução dos nossos negócios e de nossa economia.

Vossa Excelência relata aí a verdadeira submissão ao Fundo Monetário Internacional, que é uma questão de soberania. Mas como ficou muito claro no debate na Câmara Federal com o Ministro Delfim Neto, a angústia maior do povo talvez não seja até contra o FMI, mas é contra a situação interna — o aumento exagerado da casa própria, dos mutuários do BNH, a inflação desordenada, enfim, esta instabilidade constante das medidas que o Governo adota, de uma hora uma coisa, outra hora é outra, fixa num ponto, abre no outro, enfim, nós podemos chegar a uma síntese hoje no Brasil. De que este Governo politicamente é ilhável, realmente é ilhável, porque o grosso da população brasileira, a totalidade da população brasileira não concorda com o Governo.

Não indagaríamos até da legitimidade deste Governo que veio sem o consentimento do povo. Mas hoje nós sentimos de que o Governo tem uma atuação que não tem o mínimo de respaldo na população brasileira e isso nos preocupa, exatamente quando o Presidente Figueiredo que tem um compromisso perante a Nação de abrir democraticamente, nos preocupa quais são as forças tão grandes, tão audaciosas mesmos que sustentam este Ministério que é antipopular, este Ministério que vem, parece-me, que trabalhando conscientemente para prejudicar a Nação e a população brasileira.

Então realmente quando Vossa Excelência aborda a força do Fundo Monetário Internacional a sujeitar o Brasil, quer nos parecer que a geratriz de toda a causa realmente está fora do Brasil. É fora do Brasil que está o comando, infelizmente para nós desta Nação.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte, e veja Vossa Excelência que os representantes do FMI, de acordo com este artigo, recusam-se a falar na questão do controle populacional. Contudo, exigências para a redução da população como uma das condições da obtenção de empréstimos bancários, foram explicitados de forma repugnante pelos auxiliares de David

Rockefeller, R. Marx e Robert Hartmann, na abertura da Comissão Rockefeller para os débitos do hemisfério ocidental realizado em Nova Iorque, no Hotel Plaza, no dia anterior à cerimônia de assinaturas de acordos pelo Brasil.

O controle populacional, dizem eles, tem sido tabu no Brasil, não apenas devido ao grande amor pelo Papa mostrado na maior Nação católica do mundo, mas também devido a uma crença dos militares de que uma população grande é o fator vital de poder nacional.

Diante de tamanha submissão das autoridades econômicas, o PMDB tem uma proposta concreta, clara e objetiva, de como resolver essa crise. O PMDB, após estudos, após análises, respaldado na grande figura desta Nação brasileira, Teotônio Vilella, vem com o Projeto Emergência, Projeto Emergência que divide as grandes dívidas — dívida externa hoje em torno de 90 a 100 bilhões de dólares, dívida interna a 10 trilhões de cruzeiros, dívida social que atinge oitenta por cento do povo brasileiro sem escola, sem moradia, sem condições de dignidade.

E a dívida política da não participação nos destinos da Pátria. Diante dessas quatro dívidas, a proposta do projeto emergência é esquecer as duas dívidas que apenas atendem ao grande capital, que é a dívida externa e a dívida interna e atender prioritariamente a dívida social e política.

Para a dívida externa propõe a moratória, onde condiciona o pagamento do serviço da dívida externa ao volume de recursos disponíveis. Devemos, não negamos, mas iremos pagar quando pudermos porque o povo brasileiro está sendo espoliado, digo, sugado a cada dia pelos milhares de dólares que saem daqui e vão para fora.

Dívida interna, congelamento dos títulos existentes; enxugamento de mercado; transformação das Ortns e LTNs em bônus de guerra, de forma a permitir um desafogo da Nação brasileira.

Mercado interno, desenvolvimento substancial do mercado interno, como forma de propiciar emprego, renda interna, melhores condições de vida.

Mas, para tanto, precisamos da questão política, como revogação da Lei de Segurança Nacional; eleição direta para Presidência; para os Prefeitos das áreas de segurança e das capitais e de uma Constituinte que devolva a este País condições para que tenhamos o caminho correto a seguir. Para tanto, a Nação brasileira precisa, efetivamente, se empregar desse nacionalismo e darmos um "basta" ao entreguismo que está posto, todo dia, nos jornais e na televisão, em que este País é manietado e é dirigido a partir de Nova Iorque, não mais agora por suposições, mas em cima de contratos assinados pelo Banco Central, referendados pelo Comando Econômico desta Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos sete minutos restantes. — (Pausa).

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para informar à Casa de uma denúncia formulada pelo Líder do PDS, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que teria documentos em mãos comprovando irregularidades na Secretaria da Indústria e do Comércio.

Sua Excelência afirmou, e quando eu estava na tribuna, interrogou-me se eu sabia e se podia informar se os funcionários da Vale do Rio Doce, que estão à disposição da Secretaria da Indústria e do Comércio, estavam pagando suas hospedagens no Hotel San Martin. Tenho em mãos, Sr. Presidente, uma declaração daquele hotel, em que informa, em 30 de junho, portanto, hoje, o seguinte:

"Declaramos a quem interessar possa que os Srs. Sebas-

tião Andrade, Henrique Gonçalves e Vander Faria são hóspedes deste hotel já há algum tempo, os quais liquidam suas contas pessoalmente."

Portanto, Sr. Presidente, fica esclarecido a dúvida do Líder do PDS e espero que Sua Excelência passe a adotar um outro critério: só denuncie quando tenha certeza.

E também esclarecer que Sua Excelência leu um telex sobre o seguinte teor: consultamos essa gerência no sentido de estudar concessão de desconto especial aos hóspedes que se identificarem como servidores desta Secretaria da Indústria e do Comércio do Paraná.

O Líder do PDS relatou o telex enviado a São Luís do Maranhão, ao Hotel de São Luís, do Maranhão. Mas Sua Excelência não esclareceu à Casa que esse telex foi expedido para todo o Brasil, para todas as capitais brasileiras, para todos os hotéis no sentido de se conseguir, realmente, um desconto para as pessoas que se apresentarem lá em nome da Secretaria da Indústria e do Comércio, porque a finalidade dessa Secretaria é realmente viabilizar, entre outras, as transações comerciais, a vinda de novas indústrias, de novos empresários.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Tenho aqui a cópia dos outros telex. E tenho mais, uma circular que a Secretaria está expedindo, dos descontos conseguidos em todos os hotéis brasileiros.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concedo o parte a Vossa Excelência.

Está aqui a relação dos hotéis: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Brasília e das principais cidades, com descontos. Agora, eu não entendo o que pretende o Líder do PDS. Que a Secretaria da Indústria e Comércio que realmente precisa fazer esse tipo de contato, que precisa viajar, pague o preço normal, ou Sua Excelência acha alguma coisa de corrupção ou imoralidade que se consiga um abatimento nos hotéis. Eu, sinceramente, fico a indagar se isto constitui um tipo de conduta repreensível por parte de quem quer conseguir, para o Governo do Estado do Paraná, uma simples diferença no pagamento dessas diárias que são comuns serem oferecidas a pessoas que viajam. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Nilso Sguarezi, com referência à resposta que Vossa Excelência dá ao nosso Líder, Deputado Luiz Alberto, dos funcionários que se hospedam no Hotel San Martin, é muito fácil qualquer um de nós conseguir uma declaração que pessoalmente nós acertamos as nossas contas. Sabe Vossa Excelência, que é muito inteligente e sagaz, de que eu posso pagar uma conta e levar a nota a quem quer que seja (eu com isso não quero dizer que a Secretaria da Indústria e do Comércio esteja pagando essas contas...)

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas Vossa Excelência está insinuando. Se Vossa Excelência insinua, terá que provar...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência espere um pouquinho que Vossa Excelência vai ver que o Hotel em São Luís do Maranhão; é um Estado que Vossa Excelência sabe muito bem é muito pobre, não tem indústrias para trazer ao Paraná. Vossa Excelência sabe que o Sr. Secretário da Indústria e do Comércio é um dos maiores proprietários naquele Estado. Não queremos, Deputado, dizer com isso, que os funcionários da Secretaria da Indústria e do Comércio estão lá para administrar as fazendas do Sr. Secretário em absoluto, Senhor Deputado. Entretanto, Vossa Excelência, como aguerrido defensor da economia paranaense, sempre que aqui estive como Deputado ao seu lado, eu vejo Vossa Excelência como um dos grandes Deputados do Paraná e um dos grandes fiscalizadores das obras dos governos anteriores. Vossa Excelência precisa saber também que nós estamos no direito de procurarmos indicar pos-

síveis irregularidades acontecidas no Governo do Estado. Nós não queremos, com isso, dizer que o Governador José Richa está compactuando com isso, em absoluto, o Governador José Richa pode estar até sendo tapeado por alguns dos seus assessores. E é muito fácil enganar um Governador que tem tanta coisa maior do que isto: o prazer que é administrar o nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas de uma coisa, Vossa Excelência pode ter certeza, e como nós já temos assegurado aqui as informações que nós estamos levando à Casa, nos merecem a maior das idoneidades. Se Vossas Excelências conseguirem provar o contrário, de que elas são inidôneas, Vossas Excelências terão o nosso respaldo e o nosso apoio para apurarmos as responsabilidades. Mas fica, então, esclarecida a Casa de que a denúncia é improcedente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Antes, porém, esta Presidência tem a satisfação de convidar os Srs. Deputados para uma "mesa redonda" sobre o tema: "O Legislativo e a Redemocratização" marcado para o dia 11 de julho, segunda-feira, com início às 14:00 horas no Pequeno Auditório deste Edifício. Estarão nesta Assembléia, nesta data, professores, universitários, parlamentares e dirigentes partidários, jornalistas e outros interessados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, subscrito também pelos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Roberto Requião, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 40/83, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970. (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO). — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 40, de 03/05/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 149/82, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS", com sede em Marialva. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 149/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS", com sede e foro na cidade de Marialva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18/83, que ratifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1.º da Lei n.º

7.576, de 12 de maio de 1982, Município do Turvo.
Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 23, de 05/04/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 41/83, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO JOÃO XXIII", com sede e foro na cidade de Campo Largo. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 41, de 04/05/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55/83, que declara de utilidade pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARA-PONGAS", com sede e foro no referido município. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 52, de 19/05/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 03/83, que acresce de inciso que especifica o artigo 39 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES). — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 22, de 04/04/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 05/83, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 39, do Regimento Interno. (ALTERA O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA). — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 28, de 12/04/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/83, que acresce de inciso que especifica ao art. 30 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS). — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 33, de 19/04/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 60/83 (Mensagem n.º 43/83, e ex-Proposição n.º 47/83), que aprova o convênio celebrado em 14 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública com a intervenção da SUDESUL e objetivos que especificam no Município de Foz do Iguaçu e outros daquela região. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 73, de 24/06/83).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aureo Eyng, ocorrido no dia 26 de dezembro de 1982, nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João do Vale Lemos, ocorrido no dia 29 do corrente, no Município de Araucária. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Contas, encarecendo providências na eliminação das correntes burocráticas que impedem a percepção de recursos oriundos da esfera estadual ou federal por municípios que apresentem irregularidades em sua prestação de contas, nos casos em que, comprovadamente, estes desmandos administrativos não sejam de autoria das chefias de Executivo Municipal no período de vigência de seu mandato. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo prioridade aos serviços de pavimentação asfáltica das estradas: Astorga-Jaguapitã; Bom Sucesso-Itambé; Marialva-Itambé; Colorado-Lobato e Borrazópolis-Porto Ubá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimen-

tel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando que se procedam estudos para que o DER responsabilize-se pela conservação da estrada que liga o Município de Três Barras ao Sudoeste do Estado, através da denominada fazenda "Camilotti". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Requião, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, apelando no sentido de que seja enviada ao Congresso Nacional, mensagem encaminhando o projeto de criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento, em todo o País, nos termos da proposta encaminhada em 20.01.81, ao Sr. Ministro da Justiça, pelo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura, então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações referentes ao funcionamento do terminal rodoviário do Município de Rio Negro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações referentes aos Centros Sociais Rurais das localidades do Lageado dos Vieiras e da Fazendinha, no Município de Rio Negro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de apelo aos Srs. Ministros da Previdência Social e da Agricultura, Presidente do INCRA, Secretário da Agricultura, Presidente da OCEPAR, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, encarecendo o atendimento às reivindicações de grupo de ferroviários pontagrossenses. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, a manifestação de apoio que o Plenário desta Assembléia Legislativa empresta aos Conselhos Regionais Profissionais, pela instituição do "Dia Nacional de Protesto" contra a Lei n.º 6994/82. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo estudos que possam viabilizar uma redução na taxa de esgotos cobrados pela SANEPAR, hoje na ordem de cem por cento sobre o consumo de água. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de mensagem ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, encarecendo estudos visando a eliminação total do confisco cambial incidente sobre a exportação do café, e a reanálise dos estudos a respeito da adoção do "Programa de Substituição de Cafezais Improdutivos para Pequenos Produtores", com cópia aos Srs. Presidentes da AMEPAR e IAPAR. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Indústria e Comércio e Secretário da Agricultura, encarecendo apoio para a concretização do Programa Integrado de Desenvolvimento Agroindustrial do Distrito de Ibe-ma-PIDI, no Município de Catanduvas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde no Distrito

de Porto Mendes, Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção e instalação de um posto de saúde no Distrito de Entre Rios, Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo providências no reparo da Escola Gabriel de Lara, no Município de Matinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações para que, através do ITC, informe como vem se processando o controle, através de seus fiscais, da pesca e caça no Município de Matinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o asfaltamento das rodovias que ligam os Municípios de Itambé a Marialva e Itambé a Mandaguari. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que o Poder Executivo, através da sub-chefia de Comunicação Social, promova intensa campanha, através de "out-doors" espalhados pelas principais cidades do Estado, a favor de eleições diretas para Presidente da República. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de

louvor à patriótica iniciativa do Deputado Federal José de Alencar Furtado de propor a constituição da Frente Nacionalista. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, manifestando a preocupação dos Deputados que compõe esta Casa de Leis com as recentes medidas tomadas pela Administração daquela instituição, em especial a Resolução 01/83, que legitima a violação dos mais elementares direitos de manifestação, expressão e organização dos acadêmicos daquela Universidade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inclusão do Município de Guaraqueçaba entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inclusão do Município de Tuneiras do Oeste entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes no Município de São Jorge do Patrocínio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, ressalvada a possibilidade de convocação extraordinária da Assembléia, convoco os Srs. Deputados a se reunirem à hora regimental do dia 01 de agosto do corrente ano. Levanta-se a sessão.